

## # QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

# Seis anos após atentado, suspeitos de mandar matar Marielle Franco são presos

## Domingos e Chiquinho Brazão teriam idealizado o crime e Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio, teria participado

Rodolfo Luis Kowalski

Finalmente a pergunta “quem mandou matar Marielle Franco” pode começar a ser respondida. Ontem, seis anos após o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro e de seu motorista, Anderson Gomes, a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Murder Inc, que resultou na prisão de três pessoas. Duas delas são os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão, apontados como idealizadores do crime, e o outro é o delegado Rivaldo Barbosa, que assumiu o comando da Polícia Civil do Rio de Janeiro um dia antes do atentado e é suspeito de participar ativamente do plano criminoso e de obstruir as investigações sobre o assassinato.

Presos ainda durante a manhã, os três cumprirão prisão preventiva na penitenciária federal de Brasília (DF), estabelecimento de segurança máxima, após serem alvos de mandados de prisão preventiva expedidos pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, também foram cumpridos no âmbito da operação policial 12 mandados de busca e apreensão, todos na cidade do Rio de Janeiro.

Nas investigações, a PF aponta que a morte da vereadora do PSOL-RJ teria sido idealizada pelos irmãos Domingos e Chiquinho Brazão. Domingos é conselheiro



Marcelo Freixo/ Wikimedia Commons

Marielle Franco: “obstáculo” aos irmãos Brazão

do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Rio de Janeiro, enquanto Chiquinho é deputado federal pelo União Brasil. Historicamente, a família tem reduto eleitoral e político em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio, região dominada por milicianos. O nome de Domingos Brazão, inclusive, foi citado no processo de Marielle desde o primeiro ano das investigações, em 2018. Ele, porém, sempre negou qualquer envolvimento com o crime.

Ainda conforme o inquérito policial, Marielle teria sido morta “por ser vista como um obstáculo aos interesses” dos irmãos Brazão. A divergência entre a vereadora

e os Brazão teria crescido a partir do segundo semestre de 2017, quando tramitou na Câmara de Vereadores do Rio um projeto de lei “idealizado para flexibilizar regras de regularização [de terras]”. Enquanto a parlamentar queria utilizar a regularização de terras para fins sociais, de moradia popular, o grupo dos Brazão queria regularizar terras com fins comerciais.

Para chegar a tais conclusões, os investigadores cruzaram relatos do ex-policial Ronnie Lessa, suspeito de ser o executor do crime e que fechou delação premiada sobre o caso, com informações sobre a atuação política da então vereadora do Rio e supostas atividades criminosas dos irmãos Brazão - os agentes apontam “diversos indícios” de envolvimento dos irmãos com milícia e grilagem de terras.

O delegado Rivaldo Barbosa, por sua vez, suspeito de participar ativamente do plano e também obstruir as investigações do assassinato. Segundo a PF, o ex-chefe da Polícia Civil carioca teria dado até uma “garantia prévia de impunidade” aos mandantes do crime e feito uma única exigência: que Marielle não fosse morta no trajeto de deslocamento para a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, na tentativa de se afastar outros órgãos (especialmente federais) da perseguição do crime.

## ‘Trabalhos foram dados como encerrados’, afirma ministro

Em entrevista à imprensa, o ministro da Justiça Ricardo Lewandowski comentou que a prisão dos supostos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco é “uma vitória do Estado brasileiro” e das forças de segurança do país com relação ao combate ao crime organizado. Ele avaliou, ainda, ter a impressão de que há “elementos suficientes” nos autos para a oferta de uma denúncia. Após concluída a investigação, o próximo passo cabe à Procuradoria-Geral da República (PGR), que pode denunciar os suspeitos à Justiça. “Depois de denunciados, todos ou al-

guns deles, será submetido ao relator acolhendo ao todo, ou em parte a denúncia, e depois o julgamento será feito pela primeira turma do STF”, declarou o ministro, apontando ainda que a investigação sobre os mandantes, intermediários e executores do crime está encerrada, ao menor por enquanto. “Este trabalho por ora se encerra, pelo menos neste ponto, até que venham eventualmente novos elementos, mas neste momento temos bem claro os executores deste crime odioso e hediondo por ser um crime de natureza política.”

## Defesas de dois suspeitos negam as acusações

Duas das defesas dos suspeitos se posicionaram ontem. A defesa de Domingos Brazão alega que ele é inocente. Em nota divulgada a imprensa, foi ressaltado ainda que ele esteve sempre à disposição das autoridades para prestar os esclarecimentos necessários e que a determinação do STF foi recebida com surpresa. “Em tal contexto, reforça a inexistência de qualquer motivação que possa lhe vincular ao caso e nega qualquer envolvimento com os personagens citados, ressaltando que delações não devem ser tratadas como verdade absoluta

— especialmente quando se trata da palavra de criminosos que fizeram dos assassinatos seu meio de vida — e aguarda que os fatos sejam concretamente esclarecidos.”

A defesa de Chiquinho Brazão, por outro lado, não havia se posicionado até o fechamento desta reportagem.

Já o advogado de Rivaldo Barbosa, Alexandre Dumans, afirmou que seu cliente não obstruiu as investigações. “Ao contrário. Foi exatamente durante a administração dele que o Ronnie Lessa foi preso”, argumentou o advogado.

LEILÃO DE 29 IMÓVEIS Online		bradesco <b>zuk</b>
Data do Leilão: 27/03/2024 a partir das 11h00		
BAHIA • GOIÁS • MARANHÃO • MINAS GERAIS • PARANÁ • RIO DE JANEIRO • RIO GRANDE DO SUL • SÃO PAULO		
À VISTA 10% DE DESCONTO   APARTAMENTOS • CASAS • COMERCIAL • TERRENO		
<b>LOTE 12 - CURITIBA/PR - CIDADE INDUSTRIAL</b> Rua João Bettge, nº 4301. Apartamento nº 204 (1º andar - Bloco 10), Condomínio João Bettge Home Club, e vaga de garagem nº 312. Áreas totais: priv.: 61,18m² (apto) e 9,90m² (Vaga), e total: 72,47m² (apto) e 23,45m² (Vaga). Matr. 124.314 e 124.315 do 6º RI Local. <b>Lance Mínimo: R\$ 162.000,00</b> <b>Mínimo à Vista: R\$ 145.800,00</b>		Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo nº 2.266.986 em 18/03/2024 e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco sob nº 230.769 em 19/03/2024. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.
MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677   <a href="https://VITRINEBRADESCO.com.br/">https://VITRINEBRADESCO.com.br/</a>   <a href="https://PORTALZUK.com.br">PORTALZUK.com.br</a>		

## RÁPIDA

### ‘Dia histórico para a democracia brasileira’ e manifestação da ONU

A prisão dos suspeitos de serem os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes torna o 24 de março um dia histórico para a democracia brasileira, disse em nota a família da vereadora. O texto classifica as prisões como mais um passo para a elucidação do crime e pondera que há muito a ser esclarecido e investigado. “É importante não perdermos de vista que até o momento ninguém foi efetivamente responsabilizado por esse crime, entre os apontados como executores e mandantes. Todas as prisões são preventivas e ainda há muita coisa a ser investigada e elucidada, principalmente sobre o esclarecimento das motivações de um crime tão cruel como

Editora Jornal do Estado Ltda | CNPJ 76.637.305/0001-70

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIAL  
Avenida Cândido de Abreu, 707  
Centro Cívico  
CEP 80.530-120  
Curitiba - PR  
Fone (41) 3350-6600  
www.bemparana.com.br  
contato@bemparana.com.brFALE CONOSCO  
Chefe de redação: (3350-6651) Josianne Ritz  
Política (3350-6674)  
politica@bemparana.com.br  
Geral (3350-6668)  
cidades@bemparana.com.br  
Economia (3350-6668)  
economia@bemparana.com.br  
Diversão e Arte (3350-6651)  
cultura@bemparana.com.br  
Esportes (3350-6677)  
esportes@bemparana.com.br  
Fotografia (3350-6679)  
fotografia@bemparana.com.brREPRESENTANTE  
PARANÁ/PR - RDP - Redes Diários do Paraná S/A  
Rua Marechal Hermes, 990, Juvevê, Curitiba, CEP 80.530-230, fone (41) 3019-3500  
BRASILIA - REDEPAR/IBIS&ZMC Comunicações  
SCLN 311 - Bloco D - Sala 111 - ASA NORTE - BRASILIA - DF  
(61) 3349-5061/9986-2467 - CEP 70.757-540  
PORTO ALEGRE - REDEPAR/JC COMUNICAÇÕES  
Av. Venâncio Alves, 1191 - Cj. 82 - Bonfim - PORTO ALEGRE - RS  
(51) 3332-3994/8445-8566 - CEP 90 040 - 193  
SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / FLORIANÓPOLIS - REDEPAR/Paraná  
Rua Marechal Hermes, 990 - CURITIBA/Pr - CEP 80.530-230  
(41)3019-3500 / 9972-3735 - florenzano@redepar.com.br

Fundador ROBERTO BARROZO FILHO (1922-1999)

RODRIGO BARROZO  
DiretorRONEY RODRIGUES  
PEREIRA  
SuperintendenteJOSIANNE RITZ  
Chefe de RedaçãoLYCIO VELLOZO RIBAS  
Secretário de RedaçãoATENDIMENTO AO ASSINANTE  
41 33506600

**MONARCA PARTICIPAÇÕES S/A**

CNPJ 05.398.928/0001-90

Em cumprimento a legislação vigente e ao estatuto social, submetemos à apreciação de V.S.<sup>a</sup> as Demonstrações Financeiras acompanhada das notas explicativas referentes ao exercício findado em 31/dez/2023. Ficamos à disposição de V.S. para quaisquer esclarecimentos necessários.**BALANÇO PATRIMONIAL**

Comparativo de 2023 e 2022 Valores expressos em real R\$

	2023	2022		2023	2022
<b>ATIVO</b>	<b>192.807.251,42</b>	<b>174.714.301,47</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>192.807.251,42</b>	<b>174.714.301,47</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.476.420,67</b>	<b>2.374.445,58</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>97.242.108,08</b>	<b>89.060.572,61</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>968.803,56</b>	<b>809.424,22</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>96.277.172,59</b>	<b>87.779.499,66</b>
CAIXA	22.683,78	13.415,61	FORNECEDORES	649.109,04	165.119,97
BANCOS CONTA MOVIMENTO	60.639,33	52,78	OBRIGAÇÕES FISCAIS	36.336,59	32.221,45
APLICAÇÃO FINANCEIRA	885.480,45	795.955,83	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	16.886,88	11.834,23
TÍTULOS A RECEBER	964.935,49	1.281.072,95	SALÁRIO/ORDENADOS A PAGAR	12.035,47	12.418,53
DEPOSITO JUDICIAL	264.085,52	2.805,79	OUTROS DEBITOS	95.269.800,35	87.273.939,41
IMPOSTOS A RECUPERAR	495,97	453,99	PROVISÃO	293.204,46	283.966,07
CONTA CORRENTE DE TÍTULOS A RECEBER	44.291,63	46.890,13	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>95.565.143,34</b>	<b>85.653.728,86</b>
ADTO E TÍTULOS A RECEBER	15.046,18	15.046,18	RECEITAS DO EXERC FUTURO	1.092.360,00	1.092.360,00
ESTOQUE TERRENOS	218.762,32	218.762,32	<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>95.565.143,34</b>	<b>85.653.728,86</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>190.330.830,75</b>	<b>172.339.855,89</b>	CAPITAL SOCIAL	1.092.360,00	1.092.360,00
CONSTRUÇÃO JOAO GUALBERTO	0,00	43.357.285,67	RESERVA DE LUCRO	93.890.764,21	83.979.349,73
CONSTRUÇÃO IGUAÇU	0,00	0,00	RESERVA LEGAL	582.019,13	582.019,13
DIREITOS A RECEBER	38.648.141,45	35.278.141,45	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>192.807.251,42</b>	<b>174.714.301,47</b>
IMOBILIZADOS	101.449.360,07	48.121.994,03			
IMOVEIS	100.726.894,08	47.399.528,04			
VEICULOS	722.465,99	722.465,99			
INVESTIMENTO	50.233.329,23	45.582.434,74			
PARTICIPAÇÃO SOCIETARIA	2.000.000,00	2.000.000,00			
EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	48.233.329,23	43.582.434,74			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>192.807.251,42</b>	<b>174.714.301,47</b>			

**DEMONSTRATIVO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS**

	2023	2022
Saldo inicial de lucros acumulados	83.979.349,73	73.912.831,77
Lucro líquido do exercício	11.721.392,17	12.066.517,96
Lucros distribuídos	1.809.977,69	2.000.000,00
<b>Saldo final de lucros acumulados</b>	<b>93.890.764,21</b>	<b>83.979.349,73</b>
Dividendos por ação do capital social	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Mês/Ano:	2023	2022
<b>PATRIMONIO LIQUIDO inicial</b>	<b>85.653.728,86</b>	<b>75.587.210,90</b>
Capital Social	1.092.360,00	1.092.360,00
Reserva legal	582.019,13	582.019,13
<b>Reserva de Lucros inicial</b>	<b>83.979.349,73</b>	<b>73.912.831,77</b>
Lucro do Exercício	11.721.392,17	12.066.517,96
Distribuição Dividendos Socios	-1.809.977,69	-2.000.000,00
Constituição de Reserva Estatutária	0,00	0,00
<b>Reserva de Lucro final</b>	<b>93.890.764,21</b>	<b>83.979.349,73</b>
Reserva Estatutária	0,00	0,00
Reserva Estatutária	0,00	0,00
<b>PATRIMONIO LIQUIDO final</b>	<b>95.565.143,34</b>	<b>85.653.728,86</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	2023	2022
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido do Exercício	11.721.392,17	12.066.517,96
<b>LUCRO LIQUIDO AJUSTADO</b>	<b>11.721.392,17</b>	<b>12.066.517,96</b>
Clientes e Contas a Receber	-3.051.274,04	-436.599,38
Investimento em Construção	-9.970.080,37	-7.832.492,61
Imposto a Recuperar	-41,98	-0,21
Depositos Judiciais	-261.279,73	0,00
Fornecedores	483.989,07	122.659,16
Contribuição e Impostos	8.967,59	7.863,33
Obrigações com Pessoal	-383,06	-2.109,81
Outros Valores a Pagar	7.995.860,94	3.429.818,48
Receitas futuras	-316.137,46	405.981,26
PROVISÃO	9.238,39	19.193,97
	6.620.251,52	7.780.832,15
<b>DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Ativo Imobilizado	0,00	2.793,30
Participações societárias	-4.650.894,49	-5.407.704,06
<b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Distribuição de Dividendos	-1.809.977,69	-2.000.000,00
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>159.379,34</b>	<b>375.921,39</b>
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>		
Disponibilidade Início do Período	809.424,22	433.502,83
Disponibilidade Final do Período	968.803,56	809.424,22

Seme Raad  
Administrador  
CPF 110.582.189-72Elloir Vilmar Marena  
CRC PR - 014367-0-3  
CPF 201.917.589-49**NOTAS EXPLICATIVAS**

- a) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em cumprimento das disposições contidas na lei das Sociedades Anônimas, Lei 6.404/76 e demais dispositivos aplicáveis a espécie
- b) Foi adotado o regime de caixa para o registro das operações no exercício com a apropriação de rendimentos e encargos proporcionais até a data do balanço
- c) As contas do imobilizado estão registradas a custo de aquisição
- d) O resultado do lucro do exercício terá sua destinação em deliberação da Assembleia Geral Ordinária
- e) O Capital Social totalmente subscrito e integralizado e composto por 1.092.359 ações ordinária e nominativas classe A, e 1 ordinária nominativa classe B.

**CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ**  
CNPJ N.º 76.630.573/0001-60**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

Curitiba, 21 de março de 2024.  
Diretoria**SITA - TRANSPORTE DE CARGAS S/A**  
CNPJ N.º 78.759.701/0001-04**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

Curitiba, 21 de março de 2024.  
Diretoria**SIRAMA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**  
CNPJ N.º 76.710.318/0001-28**AVISO AOS SÓCIOS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Sócios, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 1078, §1º, da Lei n.º 10.406/2002, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

Curitiba, 21 de março de 2024.

Administradores

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****COPADUBO S/A**  
Sociedade Anônima de Capital Fechado  
CNPJ nº 27.918.834/0001-37  
NIRE 413.00297231

Ficam convocados os senhores acionistas da Copadubo S.A., CNPJ 27.918.834/0001-37, na forma do seu Estatuto Social, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a ser realizada no **dia 03 de abril de 2024, às 17:00h**, em primeira convocação, com a totalidade de seus acionistas e, **às 17:30h, em segunda convocação**, com qualquer número de acionistas presentes, na sede do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Paranaguá, situada na Avenida Gabriel de Lara, 2247, Rocio, Paranaguá, PR, a fim de se versar sobre a seguinte e única ordem do dia: a) exame, discussão e deliberação sobre a destituição de membros do Conselho de Administração. Informações Gerais: O acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando o documento hábil de sua identificação.

Paranaguá, 19 de março de 2024.

Presidente do Conselho de Administração.

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
ESTADO DO PARANÁ

65/2024

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com a Lei Municipal nº 2.983/2016, R E S O L V E: Designar o(a) Servidor(a) Osni Antunes Lacerda, ocupante do cargo de Servente do Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Araucária, para exercer a Coordenação Operacional, a partir de 15 de março de 2024. Conceder Função Gratificada de Coordenador Operacional (FGCO), conforme o Anexo VI da Lei Municipal nº 2.983/2016, por corresponder à Coordenação supracitada, a partir de 15 de março de 2024. Revogar Portaria nº 61/2023 a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 22 de março de 2024.  
**Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

66/2024

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, conforme Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 03, R E S O L V E: Conceder a partir de 15 de março de 2024 Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico ao(a) Servidor(a) Carolina Gaya, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Araucária, lotado(a) na Divisão Financeira e Contábil da Diretoria Financeira, para ficar responsável pelos serviços de Tesouraria. Revogar a Portaria nº 266/2022 a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto no inciso I, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 22 de março de 2024.  
**Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

Nº 67/2024

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, R E S O L V E: Designar a partir de 15 de março de 2024 o Servidor Pierre da Cruz Silveira ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Araucária, como Gestor de Frotas para ficar responsável por supervisionar os trabalhos e atividades executados no Setor de Transporte. Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico ao Servidor designado acima, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 05, a partir de 15 de março de 2024. Revogar a Portaria nº 43/2023, a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 22 de março de 2024.  
**Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

3350.6620

Entre em contato conosco e solicite um orçamento.

Teremos o maior prazer em atendê-lo.

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.ficampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 202419**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **52.265** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"CAMPO DO MEIO"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **GEANE MARIA CANDIDO DA SILVA**, inscrito no CPF/IMF sob n. 016.969.649-97, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de MAIO/2023 À FEVEREIRO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$5.262,54-(cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 09:17:40.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 09:17:40.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJwFP.OrrOX  
4r900.F178q  
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta  
www.sigpar.org/informacao-geral/evalidador/ o CNJ:  
08.087-9  
e o código de verificação do documento: 882038  
Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente  
VENICHTUS KRÖL  
CPF: 05921055980 - 22/03/2024

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.ficampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 202423**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **53.629** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"CAMPO DO MEIO"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **JULIANO FELIX e LUCIMAR GODÓI FELIX**, inscritos no CPF/IMF sob n. 059.044.909-50 e 073.042.929-62, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de JULHO/2023 À MARÇO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$5.710,26-(cinco mil, setecentos e dez reais e vinte e seis centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 09:14:37.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 09:14:37.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJzFP.OrrOX  
LrxOO.F178q  
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta  
www.sigpar.org/informacao-geral/evalidador/ o CNJ:  
08.087-9  
e o código de verificação do documento: 816939  
Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente  
VENICHTUS KRÖL  
CPF: 05921055980 - 22/03/2024

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.ficampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 202732**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **56.059** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"ITAQUI"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **DJAVAN SANTIAGO DE LIMA**, inscrito no CPF/IMF sob n. 031.386.352-02, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de ABRIL/2023 À FEVEREIRO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$5.620,44-(seis mil, duzentos e três reais e quarenta e quatro centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 09:09:08.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 09:09:08.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJvFP.OrrOX  
vrxOO.F178q  
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta  
www.sigpar.org/informacao-geral/evalidador/ o CNJ:  
08.087-9  
e o código de verificação do documento: 303888  
Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente  
VENICHTUS KRÖL  
CPF: 05921055980 - 22/03/2024

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.ficampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 202746**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **53.995** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"ITAQUI"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **CATARINA GOMES PEQUENO e NUBIA KELLY LIMA DE BRITO**, inscritas no CPF/IMF sob n. 102.289.994-56 e 080.727.564-60, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de MARÇO/2023 À FEVEREIRO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$5.843,38-(oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e trinta e oito centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 09:05:49.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 09:05:49.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJxFP.OrrOX  
frKOO.F178q  
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta  
www.sigpar.org/informacao-geral/evalidador/ o CNJ:  
08.087-9  
e o código de verificação do documento: 855888  
Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente  
VENICHTUS KRÖL  
CPF: 05921055980 - 22/03/2024

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.ficampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 203018**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **56.242** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"ITAQUI"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **MARI ESTELA ANDRADE**, inscrito no CPF/IMF sob n. 922.174.199-00, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de OUTUBRO/2022 À FEVEREIRO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$11.840,62-(onze mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e dois centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 09:00:14.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 09:00:14.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJxFP.OrrOX  
3rx200.F178q  
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta  
www.sigpar.org/informacao-geral/evalidador/ o CNJ:  
08.087-9  
e o código de verificação do documento: 816939  
Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente  
VENICHTUS KRÖL  
CPF: 05921055980 - 22/03/2024

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.ficampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 203030**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **56.034** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"ITAQUI"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **LUIS HENRIQUE CAMOZI DA COSTA**, inscrito no CPF/IMF sob n. 032.773.519-80, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de OUTUBRO/2022 À MARÇO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$2.320,28-(vinte e dois mil, trezentos e vinte reais e vinte e oito centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 08:33:12.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:33:12.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJQFP.OrrOX  
VrT00.F178q  
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta  
www.sigpar.org/informacao-geral/evalidador/ o CNJ:  
08.087-9  
e o código de verificação do documento: 855888  
Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente  
VENICHTUS KRÖL  
CPF: 05921055980 - 22/03/2024

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.ficampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 203184**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **56.191** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"ITAQUI"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **BRUNO LEONARDO DIEDRICH SANTOS e AURINIVE APARECIDA DA SILVA**, inscritos no CPF/IMF sob n. 899.545.561-68 e 063.805.139-39, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de DEZEMBRO/2022 À MARÇO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$18.311,41-(dezoito mil, trezentos e onze reais e um centavo), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 08:39:30.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:39:30.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJ7FP.OrrOX  
qrD00.F178q  
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta  
www.sigpar.org/informacao-geral/evalidador/ o CNJ:  
08.087-9  
e o código de verificação do documento: 808888  
Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente  
VENICHTUS KRÖL  
CPF: 05921055980 - 22/03/2024

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.ficampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 203180**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **56.740** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"ITAQUI"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **FABIANA PEREIRA OLIBONI**, inscrito no CPF/IMF sob n. 090.582.029-09, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de SETEMBRO/2022 À FEVEREIRO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$18.086,72-(dezoito mil, oitenta e seis reais e setenta e dois centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 08:37:13.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:37:13.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJQFP.OrrOX  
orw00.F178q  
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta  
www.sigpar.org/informacao-geral/evalidador/ o CNJ:  
08.087-9  
e o código de verificação do documento: 855888  
Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente  
VENICHTUS KRÖL  
CPF: 05921055980 - 22/03/2024

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.ficampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 203179**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **53.127** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"CAMPO DO MEIO"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **HALNYE DE SOUZA GONÇALVES DA LUZ e JONAS ALVES DA SILVA PIMENTEL**, inscritos no CPF/IMF sob n. 108.408.919-03 e 103.203.669-95, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de JULHO/2023 À FEVEREIRO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$2.050,54-(vinte e dois mil, cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 08:28:26.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:28:26.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJ8FP.OrrOX  
trV00.F178q  
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta  
www.sigpar.org/informacao-geral/evalidador/ o CNJ:  
08.087-9  
e o código de verificação do documento: 808888  
Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente  
VENICHTUS KRÖL  
CPF: 05921055980 - 22/03/2024

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.1ricampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 203444**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **55.832** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"ITAQUI"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **WILLIAM LENNON SARZI e KAROLINE DOS SANTOS IZIDORO**, inscritos no CPF/MF sob n. 077.593.849-12 e 090.560.469-50, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de MARÇO/2023 À MARÇO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$10.322,96-(dez mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) S\*(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Baurui/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) S\*(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 08:47:48.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:47:48.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJKFP.OrrOX  
hrYOO.F178q  
https://selo.funarpem.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta: www.funarpem.org/informacoes-gerais/validador/ ou CNPJ: 08.087-9 e o código de verificação do documento: 847254  
Consultas disponíveis por 30 dias

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.1ricampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 203506**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **55.867** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"ITAQUI"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **ALAN ALVES POSSEBON e LIZIANE OLIVEIRA CARLOS POSSEBON**, inscritos no CPF/MF sob n. 095.797.859-61 e 092.545.699-33, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de MAIO/2023 À MARÇO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$12.590,50-(doze mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) S\*(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Baurui/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) S\*(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 09:20:27.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 09:20:27.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJnFP.OrrOX  
arNOO.F178q  
https://selo.funarpem.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta: www.funarpem.org/informacoes-gerais/validador/ ou CNPJ: 08.087-9 e o código de verificação do documento: A07533  
Consultas disponíveis por 30 dias

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.1ricampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 203786**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **53.180** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"CAMPO DO MEIO"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **ANA CLAUDIA FELIX CAMPOS**, inscrito no CPF/MF sob n. 097.052.939-29, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de AGOSTO/2023 À MARÇO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$5.298,37-(cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) S\*(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Baurui/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) S\*(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 08:54:35.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:54:35.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJcFP.OrrOX  
krR00.F178q  
https://selo.funarpem.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta: www.funarpem.org/informacoes-gerais/validador/ ou CNPJ: 08.087-9 e o código de verificação do documento: 288804  
Consultas disponíveis por 30 dias

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.1ricampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 203917**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **47.997** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"BOTIATUVA"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **SILAS LUBHARDT DE JESUS**, inscrito no CPF/MF sob n. 048.073.179-97, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de OUTUBRO/2022 À MARÇO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$24.721,23-(vinte e quatro mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e três centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) S\*(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Baurui/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) S\*(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 09:22:52.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 09:22:52.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJZFP.OrrOX  
ArV00.F178q  
https://selo.funarpem.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta: www.funarpem.org/informacoes-gerais/validador/ ou CNPJ: 08.087-9 e o código de verificação do documento: 308220  
Consultas disponíveis por 30 dias

**1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná**  
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675  
www.1ricampolargo.com.br  
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

**EDITAL n.º 203772**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **48.093** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"BOTIATUVA"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **VANESSA DO ROCIO DZIURKOSKI**, inscrito no CPF/MF sob n. 036.144.449-45, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de SETEMBRO/2018 À MARÇO/2024.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em 22.03.2024 corresponde a R\$8.811,29-(oito mil, oitocentos e onze reais e nove centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) S\*(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Baurui/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) S\*(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 22 de Março de 2024, 08:50:41.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 08:50:41.



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRII.zJVFP.OrrOX  
OrT00.F178q  
https://selo.funarpem.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na Ferramenta: www.funarpem.org/informacoes-gerais/validador/ ou CNPJ: 08.087-9 e o código de verificação do documento: 883838  
Consultas disponíveis por 30 dias

**COMPAGAS**

**COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os Senhores Acionistas da Companhia Paranaense de Gás – Compagas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas cumulativamente no dia 05 de abril de 2024, às 14h, na sede social da Companhia, situada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

**145ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
1.Tomar as contas dos Administradores relativas ao exercício findo em 31.12.2023, e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos complementares; 2.Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos; e 3.Eleger os membros do Conselho Fiscal.

**146ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
1.Fixar a remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais para o exercício de 2024.

Curitiba, 26 de março de 2024.  
Cássio Santana da Silva  
Presidente do Conselho de Administração

**MARY SCHAFFER**  
Mary Schaffer | marybschaffer@gmail.com



Na ExpoRevestir a Casamar organizou uma programação para arquitetos e designers paranaenses. Click 1: Priscila Fleischfresser com Junior Andrade, arquiteto famoso pelos projetos de altíssimo luxo (e tecnologia) em Dubai. Ouvi rumores que Júnior estará assinando a New House de Whindersson Nunes. Pois esse poderoso concedeu palestra inédita para os profissionais do Paraná a portas-fechadas. CLICK 2: Mariane Sasso, Priscila Poli, CEO da Casamar, Andre Wassuaski, Priscila Fleischfresser, Patrícia Fardoski e Mauro Souza, gerente da Casamar. Crédito da foto: Bruno Carlesse



A nova diretoria da Ademi-PR tomou posse em solenidade no Sinduscon Corporate. Mais de 150 convidados assistiram a posse do engenheiro civil Thomas Gomes que vai comandar a entidade pelos próximos dois anos.



Nova diretoria da entidade. Foto: Eneas Gomez

A Breton, referência em mobiliário de alto padrão inaugurou sua primeira unidade permanente em Curitiba com evento para imprensa e convidados. No click Marcel Rivkind, presidente do Conselho; Anette Rivkind, diretora Comercial da Breton; e os franqueados da Breton Curitiba, Bruna e Ricardo Fernandes. Crédito: Patrícia Amancio



Select é a mais nova operadora de planos de saúde do Paraná. Com mais de 30 anos em atividade em Goiás, recebeu empresários sob ramo de saúde no hotel Grand Mercure Curitiba Rayon. Click: Cida Colombo, Luiz dornelles executivo da Select, Mônica Berlitz e MS.

Top Luxo faz 10 anos e Ivani-se Furman Lisboa recepcionou clientes e amigas em um brunch impecável. Click: MS, Ivanise e Márcia Toccafondo



\* Siga-me no instagram Bymaryschaffer

A melhor relação custo x benefício

# COMPANHIA DE AUTOMÓVEIS SLAVIERO

CNPJ 76.484.161/0001-60

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### SENHORES ACIONISTAS

A administração da Companhia de Automóveis Slaviero em consonância com as disposições, submete à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Curitiba - PR, 4 de março de 2024. A diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em Reais)

CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado		CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.417.974	11.669.446	30.970.789	13.629.290	Fornecedores	13	780.489	3.569.662	14.776.678	13.102.529
Clientes	5	82.245	4.083.880	8.900.621	20.632.383	Obrigações trabalhistas		33.735	1.337.681	1.354.478	1.337.680
Contas a receber Ford	6	-	19.000	1.349.092	1.470.024	Impostos e contribuições	14	346.651	1.999.504	951.814	2.220.127
Adiantamentos a fornecedores	7	152.242	782.342	1.647.997	1.882.967	IRPJ e CSLL a pagar		-	3.579.070	-	4.932.446
Estoque	8	-	206.718	18.705.289	33.188.011	Adiantamento de clientes		727.747	1.194.785	1.348.863	2.585.426
Impostos a recuperar	9	1.818.876	2.177.214	2.448.897	3.450.199	Outras contas a pagar		-	61.463	-	61.463
Outros créditos		-	62.283	62.518	62.283	<b>Total do circulante</b>		<b>1.888.622</b>	<b>11.742.165</b>	<b>18.431.833</b>	<b>24.239.671</b>
Despesas antecipadas		212.646	143.071	615.178	236.914	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Total do circulante</b>		<b>16.683.983</b>	<b>19.143.954</b>	<b>64.700.381</b>	<b>74.552.071</b>	Provisão para perdas	15	361.545	499.482	361.545	499.482
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Partes relacionadas		1.174.700	2.707.524	1.174.700	2.707.524
Realizável a longo prazo	10	207.193	246.172	207.193	246.172	<b>Total do não circulante</b>	16	<b>1.536.245</b>	<b>3.207.006</b>	<b>1.536.245</b>	<b>3.207.006</b>
Empréstimos a terceiros		-	1.238.670	-	1.238.670	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Investimentos	11	35.985.240	43.754.301	1.241.790	1.241.790	Capital social		20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Imobilizado	12	11.899.083	10.762.338	15.169.346	11.606.028	Reserva de lucros		41.350.632	40.196.264	41.350.632	40.196.264
<b>Total do não circulante</b>		<b>48.091.516</b>	<b>56.001.481</b>	<b>16.618.329</b>	<b>13.090.870</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>61.350.632</b>	<b>60.196.264</b>	<b>61.350.632</b>	<b>60.196.264</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>64.775.499</b>	<b>75.145.435</b>	<b>81.318.710</b>	<b>87.642.941</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>64.775.499</b>	<b>75.145.435</b>	<b>81.318.710</b>	<b>87.642.941</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Nota	Controladora e Consolidado			
	CAPITAL SOCIAL	LEGAL	FUTUROS INVESTIMENTOS	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
<b>SALDO EM 31/12/2021</b>	<b>20.000.000</b>	<b>3.281.980</b>	<b>26.978.626</b>	<b>-</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.120.981
Destinações do resultado do exercício propostas pela administração:	-	-	-	13.120.981
- Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.185.323)
- Transferência entre reservas	-	496.783	9.438.875	(9.935.658)
<b>SALDO EM 31/12/2022</b>	<b>20.000.000</b>	<b>3.778.763</b>	<b>36.417.501</b>	<b>-</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.536.367
Destinações do resultado do exercício propostas pela administração:	-	-	-	2.536.367
- Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.382.000)
- Transferência entre reservas	-	57.718	1.096.650	(1.154.367)
<b>SALDO EM 31/12/2023</b>	<b>20.000.000</b>	<b>3.836.481</b>	<b>37.514.151</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

#### NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Automóveis Slaviero tem por atividade preponderante o comércio de veículos automotores novos e usados, a prestação de serviços mecânicos e a venda de peças e acessórios. A Companhia pode participar de outras sociedades operacionais, com os mesmos objetivos sociais ou outros, na qualidade de sócia ou acionista. A empresa controlada Cia de Veículos Slaviero Ltda. foi constituída em 21 de outubro de 2021, iniciando suas atividades operacionais em meados de 2022 e tem o mesmo objeto social da Companhia.

#### NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

#### a. Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

#### b. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram conforme as práticas adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Companhia detém o controle, 100% de propriedade das cotas sociais da Cia de Veículos Slaviero, empresa controlada, inserida na consolidação em 2022, ano de início de suas atividades.

As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações é o seguinte:

#### Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### Contas a receber

Registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

#### Estoque

Os estoques estão demonstrados pelo custo médio das compras, líquidos de impostos recuperáveis e não superam os preços de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos e, quando aplicável, para perdas na realização dos adiantamentos a fornecedores são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias auferidos até as datas dos balanços. A Companhia reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, que provavelmente vai gerar um benefício econômico futuro.

#### Investimentos

Os investimentos da Companhia nas demonstrações financeiras individuais são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreende a participação em sua controlada.

Inicialmente o investimento é reconhecido pelo custo de aquisição e incluem a participação da Companhia no resultado do exercício e outros resultados abrangentes da investida.

Os demais investimentos estão registrados pelo valor de custo, líquidos da provisão para perda de investimentos.

#### Imobilizado

Os bens do Imobilizado estão demonstrados aos custos de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis, da depreciação acumulada e da perda por redução do valor recuperável, se aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 12.

#### Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinada: (a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações a serem mantidas até o vencimento.

#### Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Companhia reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

#### Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária,

são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras da Companhia tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a administração da Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

#### Provisão para riscos fiscais e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em parecer jurídico sobre processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal ou constituída como resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável.

#### Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro real. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável.

#### Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

#### Lucro por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações existentes durante o exercício.

#### NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	2.304	10.004	12.398	669.426
Aplicações financeiras	14.415.670	11.659.442	30.958.391	12.959.864
<b>Total</b>	<b>14.417.974</b>	<b>11.669.446</b>	<b>30.970.789</b>	<b>13.629.290</b>

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicações automáticas e fundos, com liquidez de curtíssimo prazo e estão sujeitas às conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor. Os rendimentos dos fundos estão vinculados à taxa média anual de 100% do CDI.

#### NOTA 5. CLIENTES

Contas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes	82.245	4.100.852	8.982.239	20.649.355
(-) Pécld	-	(16.972)	(81.618)	(16.972)
<b>Total</b>	<b>82.245</b>	<b>4.083.880</b>	<b>8.900.621</b>	<b>20.632.383</b>

O ajuste a valor presente de ativos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras da Companhia tomadas em seu todo.

A administração da Companhia concluiu que o ajuste a valor presente dos ativos monetários não tem relevância em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento está demonstrada no quadro a seguir em relação ao ano de 2023:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	77.632	2.476.790	8.406.980	14.521.517
Vencidos até 30 dias	-	96.850	250.039	3.119.465
Vencidos de 31 a 90 dias	-	696.697	64.365	2.127.886
Vencidos de 91 a 180 dias	-	227.001	52.888	276.633
Vencidos de 181 a 360 dias	-	570.827	104.023	571.167
Vencidos a mais de 360 dias	4.613	32.687	103.944	32.687
<b>Total</b>	<b>82.245</b>	<b>4.100.852</b>	<b>8.982.239</b>	<b>20.649.355</b>

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Pécld) foram constituídas em montante considerado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (CPC 48).

#### NOTA 6. CONTAS A RECEBER FORD

Contas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósito programado - Hold back	-	-	-	81.274
Fav - Distribuidor	-	-	657.794	55.053
Conta corrente Ford	-	-	69.653	239.441
Conta garantia Ford	-	-	334.515	345.283
Outros valores a receber	-	19.000,00	287.130	748.973
<b>Total</b>	-	<b>19.000,00</b>	<b>1.349.092</b>	<b>1.470.024</b>

#### NOTA 7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores diversos	152.242	782.342	1.647.997	1.882.967
<b>Total</b>	<b>152.242</b>	<b>782.342</b>	<b>1.647.997</b>	<b>1.882.967</b>

#### NOTA 8. ESTOQUES

Contas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Veículos novos	-	200.945	8.213.578	19.482.565
Veículos seminovos	-	-	3.221.772	4.873.807
Peças e acessórios	-	5.773	7.261.801	8.827.196
Outros	-	-	8.138	4.443
<b>Total</b>	-	<b>206.718</b>	<b>18.705.289</b>	<b>33.188.011</b>

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em Reais)

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Custo dos produtos vendidos	17	6.501.062	100.676.091	142.287.129	160.511.734
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>2.238.045</b>	<b>15.021.512</b>	<b>23.602.614</b>	<b>24.591.219</b>
Despesas de vendas e despesas gerais e administrativas		(247.821)	(8.807.628)	(16.059.926)	(16.061.156)
Outras receitas e despesas	18	(3.187.881)	(5.430.815)	(6.642.256)	(6.710.643)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>		<b>(499.714)</b>	<b>14.751.039</b>	<b>1.782.342</b>	<b>16.126.406</b>
Resultado financeiro líquido	19	1.654.081	(1.236.311)	(71.741)	(1.258.303)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E DA CSL</b>		<b></b>			

NOTA 12. IMOBILIZADO

Table with columns: Controladora, 2023, 2022, % Deprec., Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Contas, Terrenos, Edifícios e instalações, Equipamentos, Veículos.

Table with columns: Consolidado, 2023, 2022, % Deprec., Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Contas, Terrenos, Edifícios e instalações, Equipamentos, Veículos.

A movimentação das contas do imobilizado (custo e depreciação) no exercício de 2023 é apresentada a seguir:

Table with columns: Saldo em 2022, Adições, Baixas, Saldo em 2023. Rows include Custos, Depreciações, Total geral do imobilizado.

Table with columns: Saldo em 2022, Adições, Baixas, Saldo em 2023. Rows include Custos, Depreciações, Total geral do imobilizado.

A reestativa da vida útil dos bens (CPC 27) não foi realizada em função da Administração entender que os eventuais efeitos no cálculo da depreciação não seriam significativos.

Table with columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Contas, Ford Motor - Floor Plan, Ford Motor - Peças, Outros, Total.

A composição dos títulos a pagar por idade de vencimento está demonstrada no quadro a seguir:

Table with columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Vencimento, A vencer, Vencidos até 30 dias, etc.

NOTA 14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Table with columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Contas, Ics a pagar, Pis a pagar, etc.

NOTA 15. PROVISÃO PARA PERDAS
A Sociedade é parte em processos tributários e cíveis em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial.

Table with columns: Controladora, 2022, Variação, 2023, Consolidado, 2022, Variação, 2023. Rows include Descrição, Contingências cíveis, Contingências trabalhistas.

NOTA 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a. Capital social
O capital social é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dividido em 84.654.429

(oitenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais tem direito a um voto cada uma nas assembleias gerais de acionistas.

b. Reserva legal
Representada em 31 de dezembro de 2023 pela constituição no montante de 5% do lucro líquido do exercício.

c. Reserva para futuros investimentos
Representada pelos lucros remanescentes (lucro após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos) e sua deliberação será realizada na Assembleia Geral Ordinária a qual ocorrerá dentro dos limites legais e após a publicação das demonstrações financeiras.

d. Dividendos propostos
De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em Lei.

A Administração propôs a imputação do valor dos juros sobre o capital próprio contabilizados em 2023 no valor de R\$ 1.382.000 para o pagamento de dividendos.

Table with columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Receita bruta, Deduções da receita bruta, Receita líquida de vendas.

NOTA 18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Table with columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Contas, Venda de ativo imobilizado, Receitas diversas, etc.

NOTA 19. RESULTADO FINANCEIRO

Table with columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Receitas financeiras, Descontos obtidos, Recebimento de juros, etc.

Table with columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Despesas financeiras, Encargos financeiros Floor Plan, Descontos concedidos, etc.

Resultado financeiro líquido

NOTA 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Table with columns: Descrição, Controladora, 2023, 2022, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Imposto de renda, Contribuição social sobre o lucro, Valores devidos.

Table with columns: Descrição, Controladora, 2023, 2022, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Lucro antes dos impostos, Adições, Excluições, Base de cálculo, Aliquota, Valor do imposto.

NOTA 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Table with columns: Descrição, Controladora, 2023, 2022, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Ativos financeiros, Passivos financeiros.

NOTA 22. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, levando em conta a natureza e o grau de risco.

Table with columns: Descrição, De, Até, Controladora, Importância, Consolidado, Importância. Rows include Bens segurados, Edifícios, Veículos.

DIRETORIA

Nelson Luis Slaviero, Cláudio Gomes Slaviero, Sergio Slaviero, Flavio Cesar Slaviero Pinheiro, Josilane Slaviero, Cristina Frare Slaviero Stempliuk, Maria Estela Slaviero e Bernardo Guerios.

Marinel Saleta Cassiano
Controladora - CRC-PR - 33.473/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Automóveis Slaviero
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de Automóveis Slaviero, identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Curitiba-PR, 21 de março de 2024.
MAZETO E FREITAS AUDITORES SS
Auditores Independentes
CRC PR 004.603/O-6
Jorge Luiz Mazeto
Contador CRC PR 029.912/O-4
Luciane Jacoski
Contador CRC PR 056.667/O-3

Entre em contato conosco e solicite

um orçamento.

Teremos o maior prazer em atendê-lo.



## TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

CNPJ nº 12.919.786/0001-24

## Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro por ações, expresso em Reais)

## Relatório da Administração 2023

Senhores Acionistas, A administração da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A ("Companhia") em conformidade com as disposições estatutárias e legais submeteu a apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, que foi devidamente conferido e aprovado por esta Diretoria. Em 2023 a Companhia realizou sucessivos investimentos em produtividade e novos serviços como a expansão do pátio reefer aumentando o número de tomadas para contêineres refrigerados de 3.624 para 5.268. Considerado o maior corredor de exportação de carne de frango do mundo, o Terminal registrou em 2023, seu mais recente recorde de movimentação de contêineres refrigerados, chegando a 247.683 TEUs exportados, valor 19% maior que em 2022. Outro investimento significativo no Terminal foi a aquisição de 11 novos quindins transtêineres (RTS) e 17 Terminal Tractors (TTs) de última geração, que vão somar ao parque de máquinas do Terminal, impulsionando a velocidade e a capacidade de movimentação de cargas. No aspecto operacional, a TCP movimentou 1.253.397 TEUs (Twenty-foot equivalent unit) em 2023, um aumento de 7,9% em relação a 2022. O balanço anual também trouxe diversos resul-

tados positivos em diferentes segmentos de exportação. A proteína animal, principal commodity transportada pelo Terminal, teve um acréscimo de 19% em relação ao mesmo período de 2022, chegando a 235.898 TEUs exportados. Destes, volume, se destaca a carne de frango (181.878), a carne bovina (37.169) e a carne suína (14.369). Atualmente, a TCP é considerada o maior corredor de exportação de carne de frango (congelada) do mundo. Já a açúcar foi a commodity que sofreu a maior variação para o período, com uma alta de 12,6% no volume exportado, passando de 45 TEUs em 2022 para 5.745 TEUs em 2023. Nas importações, os principais carregamentos que desembarcaram na TCP no ano anterior foram do segmento de produtos químicos (43.756), máquinas e componentes mecânicos (34.081), e plásticos e artigos (31.489). No aspecto ambiental, a TCP investiu na aquisição de veículo elétrico, em 2023 adquirimos um ônibus elétrico da marca BYD que transporta os colaboradores pelo pátio de mais de 480 mil metros quadrados. A eletrificação de parte dos RTGs também está em andamento e em 2023 o Terminal concluiu a conversão de dois de seus transtêineres, que operam exclusivamente na movimentação de contêineres na linha férrea que chega à TCP, sendo o único Terminal do sul do Brasil com conexão direta da ferrovia à área alfandegada. Em relação às demonstrações

financeiras do exercício de 2023, a Receita Líquida foi de R\$ 1.223,6 milhões, valor 8% maior que o exercício do ano anterior, quando a Receita Líquida foi de R\$ 1.129,5 milhões. O EBITDA Ajustado da Companhia conforme quadro abaixo (1) em 2023 obteve um aumento de 12%, chegando ao valor de R\$ 750,5 milhões, contra R\$ 672,9 milhões do ano anterior.

(R\$ milhões)	2023	2022	Delta (%)
<b>Lucro líquido</b>	<b>367.214</b>	<b>298.052</b>	<b>23%</b>
Depreciação e Amortização	135.866	130.759	4%
Imposto de Renda e CSL	183.600	150.118	22%
Despesas Financeiras Líquidas	99.250	158.051	-37%
<b>EBITDA Contábil</b>	<b>786.200</b>	<b>736.980</b>	<b>7%</b>
Despesas/receitas não recorrentes	45.519	7.825	482%
Pagamento de Outorga - Arrendamento APPA	(81.204)	(71.944)	13%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>750.515</b>	<b>672.861</b>	<b>12%</b>

Os gestores da Companhia estão atentos aos custos envolvidos na operação, sempre buscando

as melhores oportunidades para obter o melhor resultado, sendo que os custos e despesas operacionais líquidas no ano de 2023 totalizaram R\$ 547,7 milhões, contra R\$ 518,5 milhões no exercício de 2022. O aumento dos custos e despesas da Companhia está diretamente ligado ao aumento do volume seja com aumento de mão de obra ou na utilização dos equipamentos (manutenção). O resultado líquido positivo em 2023 foi de R\$ 367,2 milhões contra R\$ 298,1 milhões no ano de 2022, sendo que o resultado financeiro líquido no exercício foi de R\$ 99,5 milhões negativo, contra R\$ 158,1 milhões negativo no exercício de 2022. A dívida bruta totalizou em 2023 R\$ 147,4 milhões, contra R\$ 236,8 milhões em 2022. A posição de caixa da Companhia no exercício foi de R\$ 156,3 milhões contra R\$ 239,2 milhões, no exercício de 2022. Ainda sobre o aspecto operacional o MPH (Movimento por Hora Navio) médio foi de 92 em 2023 (93 em 2022). A KPMG Auditores Independentes prestou os serviços como auditores independentes em nossas demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não prestou quaisquer outros serviços à Companhia. Paranaguá, 15 de março de 2024. Atenciosamente, **Xiaojun Cao** - Diretor Presidente, **Xiaodong Wang** - Diretor Financeiro.

Balancos patrimoniais	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	156.340	239.213
Contas a receber de clientes	6	95.558	65.736
Estoques		189	2.567
Impostos a recuperar	7	5.599	7.776
Outros créditos	12	47.241	47.212
		<b>305.427</b>	<b>362.504</b>

Não circulante	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais	15	5.556	5.303
Direito de uso	9	-	366
Contas a receber de clientes	6	-	5.634
Imobilizado	9	1.441.089	1.272.250
Intangível	10	1.628.664	1.660.769
		<b>3.075.309</b>	<b>2.944.322</b>
		<b>3.380.736</b>	<b>3.306.826</b>

Passivo Circulante	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores		50.048	33.104
Empréstimos e financiamentos	13	147.404	176.820
Obrigação com o poder concedente	14	67.597	60.177
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	66.429	31.662
Impostos e contribuições a recolher	17	13.187	13.176
Dívidas	11	91.803	74.513
Parcelamento dos impostos - REFIIS	18	1.475	1.878
Obrigações trabalhistas e sociais	16	35.882	31.699
Outras obrigações		9.599	13.569
		<b>483.424</b>	<b>436.598</b>

Não circulante	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	13	-	60.000
Obrigação com o poder concedente	14	2.038.854	2.029.379
Parcelamento dos impostos - REFIIS	18	-	1.368
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	15	56.101	23.941
Outros diferidos	8	105.530	94.880
		<b>2.200.485</b>	<b>2.209.568</b>

## Patrimônio líquido

Capital social	19	109.379	109.379
Reservas de lucros		587.448	551.281
		<b>696.827</b>	<b>660.660</b>
		<b>3.380.736</b>	<b>3.306.826</b>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** O Terminal de Contêineres de Paranaguá ("Companhia" ou "TCP") está localizada na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato. O contrato de exploração do terminal do Porto de Paranaguá possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pela representante do poder concedente (APPA) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante os exercícios findos em 2023 e 2022. Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes em contrato, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovaram a aquisição de 90% da TCP Participações S.A. (que detém 100% da Companhia) pela Kong Rise Development Limited que passou nesta data a ser a controladora da Companhia. A aquisição com o poder concedente referente à esse contrato totaliza em 31 de dezembro de 2023, R\$ 2.106.451 (R\$ 2.089.556 em 2022). A Companhia possui uma equipe dedicada para gestão e controle do fluxo de caixa, considerando todas as especificidades em recebimentos (inadimplência, temporária de renovação de contratos, distribuição de inadimplência ao longo do ano e projeção de perdas esperadas), pagamentos (OPEx, CAPEX, falta de pagamento de colaboradores, fornecedores, outorgas e taxas) e controle de dívidas (cálculo de juros, projeções, reparamentos, comportamento dos índices, controle de covenants etc.). A qualquer sinal de incapacidade de honrar com os compromissos, a alta administração da Companhia é acionada e a equipe de gestão de caixa elabora um plano de ação de redução de custo, renegociação de dívidas ou novos financiamentos. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações conforme os cronogramas de vencimentos divulgados nas notas explicativas 13 e 14. A Companhia reconheceu um lucro de R\$ 367.214 no exercício e, em decorrência da característica do negócio apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 177.997 (R\$ 74.094 em 2022). No mesmo exercício a Companhia gerou fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais no montante de R\$ 683.447 (R\$ 733.462 em 2022) e lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$ 650.334 (R\$ 606.221 em 2022). Considerando este cenário e o papel estratégico da Companhia, a Administração analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. **2. Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Somente as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas vigentes em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 18 de março de 2024. **2.2 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo que todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.3 Reconhecimento de receita de contratos:** O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O CPC 47 / IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. **A prestação de serviços:** A Companhia está envolvida na exploração de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como um agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. **Prestação de serviços:** A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres, armazenagem, monitoramento de contêineres e outros serviços logísticos acessórios. A movimentação de contêineres refere-se a carga e descarga de navios e o reconhecimento desta receita ocorre quando da conclusão da operação de cada navio. A receita com os serviços de armazenagem refere-se ao período em que o contêiner permanece no pátio do terminal. O serviço de monitoramento é registrado como receita quando a entrega do contêiner ao cliente ou embarcado no navio. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. **Provisões de receitas:** As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para as quais será gerado documento fiscal pertinente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a porcentagem de conclusão dos mesmos até o encerramento do mês para o registro do valor. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.4 Impostos - Imposto de renda e contribuição social - corrente:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensu-

Demonstrações de resultados	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	22	1.223.642	1.129.480
Custo dos serviços prestados	23	(471.147)	(455.256)
<b>Lucro bruto</b>		<b>752.495</b>	<b>674.224</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas com vendas	23	(1.611)	(894)
Despesas gerais e administrativas	23	(70.153)	(56.651)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	23	(4.811)	(5.660)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	25	(25.586)	(4.798)
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>650.334</b>	<b>606.221</b>
Receitas financeiras	24	22.303	70.227
Despesas financeiras	24	(121.823)	(228.278)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(99.520)</b>	<b>(158.051)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>550.814</b>	<b>448.170</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(172.590)	(100.931)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(10.650)	(49.187)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>367.214</b>	<b>298.052</b>
<b>Lucro líquido, básico e diluído, por ação - R\$</b>		<b>45,24</b>	<b>36,72</b>

Demonstrações de resultados abrangentes	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>367.214</b>	<b>298.052</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>367.214</b>	<b>298.052</b>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	109.379	21.875	305.867	437.121
Lucro líquido do exercício	-	-	298.052	298.052
Destinações	-	-	(74.513)	(74.513)
Dividendo mínimo proposto 19(c)	-	-	(223.539)	(223.539)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	109.379	21.875	529.406	660.660
Lucro líquido do exercício	-	-	367.214	367.214
Destinações	-	-	(91.803)	(91.803)
Dividendo mínimo obrigatório 19(c)	-	-	(239.244)	(239.244)
Dividendos adicionais 19(c)	-	-	(275.411)	(275.411)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	109.379	21.875	565.573	696.827

dados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. **Impostos diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Imposto sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando: - Os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e - Os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alquotas: - Programa de Integração Social - PIS: 1,65%; - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%; - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: 5%. **2.5 Instrumentos financeiros:** A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para a qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras. **Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, a Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa incluídos nesta categoria. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas não entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido. **Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais e monetários são atualizados até a data do balanço, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.7 Imobilizado:** Instalações e equipamentos são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada do

Demonstrações do valor adicionado	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas (1)</b>	<b>1.350.098</b>	<b>1.253.369</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	1.309.624	1.191.179
Outras receitas	54.686	88.664
Comissões e descontos	(9.401)	(20.814)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	(4.811)	(5.660)
<b>Insumos adquiridos de terceiros (2)</b>	<b>(245.826)</b>	<b>(242.143)</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(91.261)	(83.318)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(154.565)	(158.825)
<b>Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)</b>	<b>1.104.272</b>	<b>1.011.226</b>
<b>Depreciação e amortização (4)</b>	<b>(135.866)</b>	<b>(130.759)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade (5) = (3) + (4)</b>	<b>968.406</b>	<b>880.467</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferências (6)</b>	<b>(3.284)</b>	<b>65.429</b>
Receitas financeiras	22.303	70.227
Outras	(25.587)	(4.798)
<b>Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)</b>	<b>965.122</b>	<b>945.896</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>965.122</b>	<b>945.896</b>
<b>Ressoal</b>	<b>161.179</b>	<b>139.861</b>
Remuneração direta	120.159	105.161
Benefícios	33.806	28.530
F.G.T.S.	7.214	6.170
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>314.906</b>	<b>279.705</b>
Federais	234.770	165.635
Impostos diferidos	10.650	49.187
Estaduais	39	38
Municipais	69.447	

continuação

A provisão para perda por redução ao valor recuperável totaliza R\$ 13.082 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 8.271 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(8.271)	(2.611)
Constituição de provisão	(4.811)	(5.660)
Saldo no final do exercício	(13.082)	(8.271)
<b>7. Impostos a recuperar</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Provisão IR s/ aplicações	1.083	2.688
INSS a recuperar	-	904
IRPJ e CSLL a recuperar	4.184	4.184
Imposto federal a recuperar	332	-
Saldo no final do exercício	5.599	7.776
<b>8. Imposto de renda e contribuição social - a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:</b> Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o prejuízo fiscal (integralmente utilizado em 2023) e as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para perda esperada). Adicionalmente, a Companhia constituiu imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio e juros capitalizados sobre as obras em andamento. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:		
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	56.101	24.091
Outras provisões	7.827	12.126
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	13.082	8.271
Provisão bônus	12.344	9.586
Outras diferenças temporárias	-	109
Prejuízo fiscal	-	32.997

Vida útil	30 a 45 anos	5 a 15 anos	10 anos	5 anos	5 a 10 anos	5 a 15 anos	Peças para reparação e outros	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Custo										
Saldo em 31/12/2021	1.213.749	423.450	3.502	31.904	835	22.969	4.345	14.660	1.715.414	
Aquisições	26.743	25.534	405	8.200	1.225	4.680	-	42.763	109.550	
Baixas	-	(6.789)	-	(24)	(15)	-	-	(176)	(7.004)	
Transferências	3.181	8.286	-	-	-	-	-	(11.467)	-	
Saldo em 31/12/2022	1.243.673	450.481	3.907	40.080	2.045	27.649	4.345	45.780	1.817.960	
Aquisições	24.882	29.761	1.289	9.147	2.047	5.289	-	172.448	244.863	
Baixas	(1.897)	(8.186)	(245)	(117)	-	-	(4.345)	-	(14.700)	
Transferências	3.098	24.802	-	-	-	-	-	(27.900)	-	
Saldo em 31/12/2023	1.269.756	496.858	4.951	49.110	4092	32.938	-	190.328	2.048.033	
Depreciação										
Saldo em 31/12/2021	(226.623)	(229.101)	(2.266)	(19.986)	(716)	(27)	(3.190)	-	(481.909)	
Depreciação	(34.841)	(26.282)	(309)	(4.563)	(122)	-	(789)	-	(66.906)	
Baixas	-	3.439	-	17	15	-	-	-	3.471	
Saldo em 31/12/2022	(261.464)	(251.944)	(2.575)	(24.532)	(823)	(27)	(3.979)	-	(545.344)	
Depreciação	(35.409)	(29.806)	(355)	(6.071)	(366)	-	(966)	-	(72.373)	
Baixas	401	5.708	207	112	-	-	-	-	10.773	
Saldo em 31/12/2023	(296.472)	(276.042)	(2.723)	(30.491)	(1.189)	(27)	-	-	(606.944)	
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>982.209</b>	<b>198.537</b>	<b>1.332</b>	<b>15.548</b>	<b>1.222</b>	<b>27.622</b>	<b>366</b>	<b>45.780</b>	<b>1.722.616</b>	
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>973.284</b>	<b>220.816</b>	<b>2.228</b>	<b>15.619</b>	<b>2.903</b>	<b>32.911</b>	<b>-</b>	<b>190.328</b>	<b>2.041.089</b>	

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de exploração e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

## 10. Intangível

Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos	22 anos	Software em Andamento	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2021	151.914	6.027	2.112.411	159.503	-	2.429.855
Aquisições	24.986	-	-	-	-	24.986
Saldo em 31/12/2022	176.900	6.027	2.112.411	159.503	-	2.454.841
Aquisições	10.917	-	-	-	20.474	31.391
Baixas	(104)	-	-	-	(104)	-
Transferências	(1.549)	-	-	-	1.549	-
Saldo em 31/12/2023	186.164	6.027	2.112.411	159.503	22.023	2.486.128
Amortização						
Saldo em 31/12/2021	(110.738)	(3.495)	(587.750)	(28.220)	-	(730.203)
Amortização	(16.681)	(189)	(42.091)	(4.908)	-	(63.869)
Saldo em 31/12/2022	(127.419)	(3.684)	(629.841)	(33.128)	-	(794.072)
Amortização	(17.153)	(160)	(42.091)	(4.089)	-	(63.493)
Baixas	101	-	-	-	-	101
Saldo em 31/12/2023	(144.471)	(3.844)	(671.932)	(37.217)	-	(857.464)
Saldo em 31/12/2022	49.481	2.343	1.482.570	126.375	-	1.660.769
Saldo em 31/12/2023	41.693	2.183	1.440.479	122.286	22.023	1.628.664

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração (incluindo o Ágio) quando aplicável são amortizados com base no prazo do contrato. O valor do ágio representa o valor da mais valia oriunda de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. Nos exercícios apresentados, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação amortizado pelo prazo do contrato de exploração.

## 11. Partes relacionadas

	Passivo - Dividendos a Pagar	Passivo - Fornecedores a Pagar
31/12/2023	91.803	74.513
31/12/2022	6.265	-

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o valor de R\$ 6.265 a pagar pelo contrato de implementação do novo sistema operacional incluindo o módulo de faturamento para a China Merchants Technology Company Limited. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 6.693, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 11º do Estatuto Social da Companhia. Foram registradas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, despesas com remuneração dos membros-chaves da Administração no valor de R\$ 3.094 (R\$ 5.908 em 31 de dezembro de 2022). Não existem planos de benefícios pós-emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos administradores da Companhia.

## 12. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos fornecedores	5.185	3.537
Adiantamento partes relacionadas - China Merchants (Nota 11)	-	6.746
Adiantamento despesas - reembolso antigos acionistas (i)	40.804	34.267
Seguros	1.236	1.338
Outros créditos	516	1.324
	47.741	47.212

(i) Despesas incorridas com transações anteriores a 23 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato de venda da TCP Participações S.A. para a China Merchants Port Holdings Company Limited. Essas despesas são, por natureza, honorários advocatícios, custas judiciais, acordos trabalhistas anteriores à data da competência e que serão reembolsados à Companhia conforme termos contratuais. **13. Empréstimos e financiamentos**

	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 0,80% a 1,25%	147.404	236.564
Arrendamento	8,76%	-	256
		147.404	236.820
Parcela no circulante		147.404	176.820
Parcela no não circulante		-	60.000

Os empréstimos foram contratados em moeda nacional (R\$). A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	236.820	185.673
Captação empréstimos	80.000	100.000
Pagamentos de empréstimos (principal)	(160.000)	(60.000)
Provisão juros sobre empréstimos	18.704	27.636
Provisão juros arrendamento	3	40
(-) Pagamentos de arrendamento (principal)	(259)	(792)
(-) Pagamentos de juros sobre empréstimos (i)	(27.864)	(15.737)
Saldo final	147.404	236.820

(i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa. Em 16 de fevereiro de 2018 a Companhia captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 300.000 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a. A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024. Em 26 de julho de 2023 a Companhia captou junto ao Banco BOCOM BBM S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 80.000 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 0,80% a.a. A dívida possui como prazo de pagamento do principal o mês de julho de 2024. Os contratos vinculados aos empréstimos e financiamentos são mensurados anualmente e demonstrados a seguir: - Dívida Líquida /

## Notas explicativas às demonstrações financeiras da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

	31/12/2023	31/12/2022
Alíquota	89.354	87.180
Total imposto diferido ativo	34%	34%
Amortização fiscal do ágio	30.380	29.641
Outras diferenças temporárias	(121.484)	(126.391)
Juros capitalizados	(1.318)	-
Diferença taxa depreciação contábil X fiscal	(25.479)	(27.459)
	(251.454)	(213.389)
	(399.735)	(366.239)
Alíquota	34%	34%
Total imposto diferido passivo	(135.910)	(124.521)
Total líquido	(105.530)	(94.880)

## b. Impostos de renda e contribuição social - alíquota efetiva

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos	550.814	550.814
Alíquotas	25%	9%
Tributos	(137.704)	(49.573)
Adições permanentes	(1.357)	(486)
Diferença de alíquota	24	24
Incentivos fiscais	5.496	3.356
Total de tributos lançados ao resultado	(133.541)	(50.509)
Alíquota efetiva	24%	9%
Tributos correntes	(125.708)	(47.242)
Tributos diferidos	(7.833)	(2.817)

**9. Imobilizado:** As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	5 anos	5 a 10 anos	5 a 15 anos	Peças para reparação e outros	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) Ajustado: igual ou inferior a 3; - EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 2; - Patrimônio líquido não inferior a R\$ 100.000; e - Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio (JSCP) não devem superar o pagamento mínimo obrigatório, mas no caso de superar, a Dívida Líquida / EBITDA não poderá ser superior a 2,5 vezes, estando sujeito ao aumento da taxa em 0,50% ao ano. Conforme nota 20(b), os sócios deliberaram a distribuição de dividendos acima do mínimo durante o primeiro semestre de 2023, como consequência, a Dívida Líquida / EBITDA não poderá ser superior a 2,5 vezes nas próximas reuniões. Vale destacar que a Companhia está de acordo com este indicador em ambos os cenários. A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de <i>covenants</i> , desses empréstimos e financiamentos, e prevê continuar em cumprimento dessas cláusulas no próximo exercício corrente até a liquidação da dívida. Atualmente a TCP Terminal não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos. <b>14. Obrigações com o poder concedente - a. Registro da obrigação:</b> Em outubro de 1998 o antigo TCP (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048). Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ("APPA"), a remuneração pela exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IPCA. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEUS). Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassem os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas. O valor registrado no passivo como "parcelas variáveis" refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela exploração. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível. Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade. Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área concedida ao Terminal. A TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e realocações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos. Em 9 de setembro de 2021, a Companhia e a Administração de Portos de Paranaguá e Antonina ("APPA") celebraram o 12º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento Portuário nº 020/1998 onde ficou acordado a alteração do índice de correção inflacionária da parcela fixa e variável da remuneração devida pela Companhia à APPA pelo direito de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá ("Remuneração"). Na nova redação, ficou acordado que a remuneração passa a ser ajustada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em substituição do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tendo seus efeitos a partir da data base de reajuste de novembro de 2019. Tal substituição se deve ao fato de que o índice IPCA passou a ser o índice utilizado nos novos contratos de arrendamento conforme disposto no Art. 23 da Resolução Antaq nº 3.320, de 08 de janeiro de 2014, com isso, a Companhia passa a refletir a variação monetária mais próxima do que já é praticado pelo mercado e com menor risco de volatilidade. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:							
Parcelas fixas	488.413	441.311					
Parcelas variáveis (movimentação mínima obrigatória)	1.618.038	1.648.245					
Total	2.106.451	2.089.556					
Parcela no circulante	67.597	60.177					
Parcela no não circulante	2.038.854	2.029.379					

A movimentação da obrigação com o poder concedente está apresentada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	2.089.556	2.042.331
Pagamentos contratuais	(81.204)	(71.944)
Atualização monetária	98.099	119.169
Saldo ao final do exercício	2.106.451	2.089.556

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação com o poder concedente, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2025	67.705
2026	67.705
2027	67.705
2028	67.705
2029	67.705
2030 a 2034	329.173
2035 a 2039	454.103
2040 a 2044	490.572
2045 a 2048	426.481
Total	2.038.854

**16. Obrigações trabalhistas e sociais**

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de bônus	12.344	9.586
Salários a pagar	5.531	6.218
Provisão de férias	11.732	9.452
Outras obrigações trabalhistas (encargos sociais e provisão reajuste salarial)	6.274	6.443
	35.882	31.699
<b>17. Impostos e contribuições a recolher</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Contribuição social	18.135	9.475
Imposto de renda	48.294	22.187
	66.429	31.662
ISS	7.440	5.891
PIS e COFINS	4.897	6.730
Outros impostos a recolher	850	555
	13.187	27.176

**18. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS IV:** Amparado na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 19.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos fluídos pelo Fisco. Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o exto neste pleito é mais que provável. A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS. Em 31 de dezembro de 2023

continuação

TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. - Paranaguá - Paraná - Opinião; Examinamos as demonstrações financeiras da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente

Veja a Notas Explicativas nº 1 e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente é composta por pagamentos fixos e variáveis. A parcela fixa é calculada com base na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A parcela variável é determinada por recurso a dados, tais como (i) atualização contratual (IPCA); (ii) EVTEA (taxa de conversão de TELs ("Twenty Foot Equivalent Unit" para boxes) e (iii) premissas que suportam a mensuração dos pagamentos mínimos futuros, tais como proporção de remoção e movimentação de contêineres, e movimentação mínima futura de contêineres. Devido ao grau de incerteza e complexidade associado às premissas utilizadas na mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente, eventuais variações nas premissas utilizadas podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, considerando esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação, através de revisão de informações históricas e projeções, dos principais dados e premissas utilizadas pela Companhia para estimar as movimentações mínimas futuras e a proporção entre movimentações internas e externas; e (ii) avaliamos se as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes no recálculo do passivo que afetaria a mensuração da obrigação com o poder concedente, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações

financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 18 de março de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC PR-007945/F-7João Alberto Dias Panceri  
Contador CRC PR-04855/0-2

## SÚMULA DE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA a renovação da Licença de Operação - LO, para a Usina de Asfalto para Misturas a Quente, situada à Rua Wilson Gomes Ramos, nº 5 - Branches - Município de Curitiba.

Curitiba, 20 de março de 2024.

Rodrigo Araújo Rodrigues  
Secretário Municipal de Obras Públicas - SMOP

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

## AVISO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2023 - REABERTURA

**OBJETO:** Registro de preço para futura e eventual aquisição de detector digital "FLAT PANEL".

**PREÇO MÁXIMO ADMITIDO:** R\$ 121.031,25 (cento e vinte e um mil trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

**DATA DA SESSÃO:** 10 de abril de 2024 às 08:30hrs, junto a plataforma: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**INFORMAÇÕES:** O edital poderá ser obtido no site [www.prudentopolis.pr.gov.br](http://www.prudentopolis.pr.gov.br) e na plataforma [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e demais informações no telefone 08008080130.

Caroline Portela - Pregoeira



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA.

A Coordenadora Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba - SISMUC, no uso de suas atribuições, convoca todos os Servidores Públicos Municipais de Curitiba para Assembleia Geral Extraordinária, que ocorrerá no dia, **27 (vinte e sete) de março de 2024**, quarta-feira, no auditório do 2º andar do SISMUC, localizado na Rua Monsenhor Celso, 225, Centro nesta Capital, às 20h30 (Vinte horas e trinta minutos) em primeira convocação e às 20h45 (Vinte horas e quarenta e cinco minutos) em segunda convocação, tendo como pauta:

1. Alteração no regimento do Jurídico do SISMUC;
2. Informes;
3. Outros assuntos.

Curitiba, 22 março de 2024.

Coordenadora Geral do SISMUC  
Juliana de Fátima Mildemberg de Lara

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A UNIVERSIDADE LIVRE DO ESPORTE DO PARANÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.181.877/0001-51. Através de sua Diretoria, devidamente representada por sua Presidente a Sra. Regina Morgenstern, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social em vigor, vem através deste Edital, CONVOCAR os associados e membros efetivos para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada na data de 08/04/2024 às 18h na sede da instituição sito à Rua Dr. Roberto Barrozo, 630, Bairro Centro Cívico, Curitiba/PR, com a presença de 1/3 dos associados em primeira convocação e as 19h com qualquer número de presentes, para tratar da seguinte pauta do dia:

## ORDINARIAMENTE:

- Apreciação e aprovação das contas referente ao exercício de 2023, após parecer do Conselho Fiscal

## EXTRAORDINARIAMENTE:

- Levantar ao conhecimento dos presentes o pedido de renúncia da Diretora Administrativa Denise Mendonça Bueno e a vacância do cargo;
- Indicação pelo Conselho de Administração de novo membro para ocupar a posição

Curitiba, 22 de março de 2024.

Regina Morgenstern  
Presidente

## Aviso de Licitação

## Edital - Concorrência Eletrônica Nº 003/2024

**Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Jardim das Graças, localizada na Rua da Gabirobeira, 54 - Jardim das Graças - Colombo - PR, compreendendo serviços preliminares, demolições e retiradas, fundações, supraestrutura, impermeabilizações, estrutura de telhado, revestimentos, piso, esquadrias, instalações elétricas, instalações hidráulicas, instalações de Telefonia / Lógicas, pinturas, drenagem, prevenção de incêndio e demais serviços complementares contemplados e incluídos na planilha orçamentária e nos projetos constantes em anexo.

**Recebimento das Propostas:** das 09:00 horas do dia 27 de março de 2024 até às 08:00 horas do dia 18 de abril de 2024.

**Início da sessão de Disputa de Preços:** Às 09:00 horas do dia 18 de abril de 2024. (Horário de Brasília).

**Local de Abertura:** Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link [bllcompras.org.br](http://bllcompras.org.br).

**Preço Máximo:** Constante no edital.

Critério de Julgamento: Menor Preço.

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656-8085 ou 3656-8002 ou pelo site: [www.colombo.pr.gov.br](http://www.colombo.pr.gov.br)

Colombo, 22 de março de 2024.

Helder Luiz Lazarotto  
Prefeito Municipal

## AVISO LICITAÇÃO

## EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024

## PROCESSO Nº 33/2024

O MUNICÍPIO DE AMPÉRE, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO que realizará às 08h00 horas do dia 11 de Abril de 2024, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR PREÇO POR ITEM do seguinte objeto: **Aquisição de Fraldas Geriátricas nos tamanhos P, M, G, EG, para suprir a demanda dos pacientes judiciais e que tem prescrição médica.** Cópia completa do edital estará disponível no link licitação na página do Município: <http://www.ampere.pr.gov.br> e no endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações, no endereço abaixo mencionado Telefone (46) 3547-1122, e-mail [licitacao@ampere.pr.gov.br](mailto:licitacao@ampere.pr.gov.br). Ampère-PR, 22 de Março de 2024.

DISNEI LUQUINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## AVISO LICITAÇÃO

## EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024

## PROCESSO Nº 34/2024

O MUNICÍPIO DE AMPÉRE, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO que realizará às 08h00 horas do dia 12 de Abril de 2024, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR PREÇO POR ITEM do seguinte objeto: **Aquisição de Gás liquefeito de Petróleo: Gás de cozinha (P13 e P45) e Casco/Vasilhame para Gás (P13 e P45), para fornecimento parcelado a vigência do contrato, conforme as necessidades das secretarias do município. Entrega deverá ser realizada no Perímetro Urbano e Rural do Município de Ampère.** Cópia completa do edital estará disponível no link licitação na página do Município: <http://www.ampere.pr.gov.br> e no endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações, no endereço abaixo mencionado Telefone (46) 3547-1122, e-mail [licitacao@ampere.pr.gov.br](mailto:licitacao@ampere.pr.gov.br). Ampère-PR, 22 de Março de 2024.

DISNEI LUQUINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## AVISO LICITAÇÃO

## EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2024

## PROCESSO Nº 35/2024

O MUNICÍPIO DE AMPÉRE, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO que realizará às 08h00 horas do dia 16 de Abril de 2024, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR PREÇO POR ITEM do seguinte objeto: **Contratação de empresa para suprir a demanda da oficina de teatro no município de Ampère.** Cópia completa do edital estará disponível no link licitação na página do Município: <http://www.ampere.pr.gov.br> e no endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações, no endereço abaixo mencionado Telefone (46) 3547-1122, e-mail [licitacao@ampere.pr.gov.br](mailto:licitacao@ampere.pr.gov.br). Ampère-PR, 22 de Março de 2024.

DISNEI LUQUINI  
PREFEITO MUNICIPALPREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO

## EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

Rio Branco do Sul torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 11 de abril do ano de 2024, na plataforma <https://bll.org.br/>, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Bairro Madre Sede do município	Pavimentação em Bloco de Concreto Sextavado	8.377,15 m²	270 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura <https://riobrancodosul.atende.net/> e na plataforma da BLL - <https://bll.org.br/>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Rio Branco do Sul, 22 de março de 2024.





TCP Participações S.A.

CNPJ nº 15.327.720/0001-33

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo), básico e diluído por ação, expresso em reais)

Relatório da Administração 2023

Senhores Acionistas, A Administração da TCP Participações S/A ("Companhia") em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, que foi devidamente conferido e aprovado por esta Diretoria. Em 2023 a Companhia realizou sucessivos investimentos em produtividade e novos serviços como a expansão do maior corredor de número de tomadas para contêineres refrigerados de 3.624 para 5.268. Considerado o maior corredor de número de carne de frango do mundo, o Terminal registrou em 2023, seu mais recente recorde de movimentação de contêineres refrigerados, chegando a 247.683 TEUs exportados, valor 19% maior que em 2022. Outro investimento significativo no Terminal foi a aquisição de 11 novos guindastes transmissores (RTGs) e 17 Terminal Tractors (TTs) de última geração, que vão somar ao parque de máquinas do Terminal, impulsionando a velocidade e a capacidade de movimentação de cargas. No aspecto operacional, a TCP movimentou 1.253.397 TEUs (Twenty-foot equivalent unit) em 2023, um aumento de 7,9% em relação a 2022. O balanço anual também trouxe diversos resultados positivos em diferentes segmentos de exportação. A proteína animal, principal

commodity transportada pelo Terminal, teve um acréscimo de 19% em relação ao mesmo período de 2022, chegando a 235.898 TEUs exportados. Deste volume, se destaca a carne de frango (181.878), a carne bovina (37.169) e a carne suína (14.369). Atualmente, a TCP é considerada o maior corredor de exportação de carne de frango congelado do mundo. Já o açúcar foi a commodity que sofreu a maior variação para o período, com uma alta de 12,67% no volume exportado, passando de 45 TEUs em 2022 para 5.745 TEUs em 2023. Nas importações, os principais carregamentos que desembarcaram na TCP no ano anterior foram do segmento de produtos químicos (43.756), máquinas e componentes mecânicos (34.081), e plásticos e artigos (31.489). No aspecto ambiental, a TCP investiu na aquisição de veículo elétrico, em 2023 adquirimos um ônibus elétrico da marca BYD que transporta os colaboradores pelo pátio de mais de 480 mil metros quadrados. A eletrificação de parte dos RTGs também está em andamento e em 2023 o Terminal concluiu a conversão de dois de seus transmissores, que operam exclusivamente na movimentação de contêineres na linha férrea que chega a TCP, sendo o único Terminal do sul do Brasil com conexão direta da ferrovia à área alfandegada. Em relação às demonstrações financeiras do exercício de 2023, a Receita Líquida foi de R\$ 1.249,1 milhões, valor 8% maior que o exercício do ano anterior, quando

a Receita Líquida foi de R\$ 1.151,3 milhões. O EBITDA Ajustado da Companhia conforme quadro abaixo (\*) em 2023 obteve um aumento de 12%, chegando ao valor de R\$ 767,8 milhões, contra R\$ 685,5 milhões do ano anterior.

Conciliação do EBITDA X EBITDA AJUSTADO. Tabela com 3 colunas: 2023, 2022, Delta (%). Linhas incluem Lucro líquido, Depreciação e Amortização, Imposto de Renda CSLL, Despesas Financeiras Líquidas, EBITDA Contábil, Despesas/Recursos não recorrentes, Pagamento de Outorga - Arrendamento APPA, EBITDA Ajustado.

Os gestores da Companhia estão atentos aos custos envolvidos na operação, sempre buscando as melhores oportunidades para obter o melhor resultado, sendo que os custos e despesas operacionais líquidos no ano de 2023 totalizaram R\$ 556,0 milhões, contra R\$ 527,7 milhões no exercício de 2022. O aumento dos custos e despesas da Companhia está diretamente ligado ao aumento do volume seja com aumento de mão de obra ou na utilização dos equipamentos (manutenção). O resultado líquido positivo em 2023 foi de R\$ 384,7 milhões contra R\$ 311,5 milhões no ano de 2022, sendo que o resultado financeiro líquido no exercício foi de R\$ 94,9 milhões negativo, contra R\$ 154,1 milhões negativo no exercício de 2022. A dívida bruta totalizou em 2023 R\$ 147,4 milhões, contra R\$ 236,8 milhões em 2022. A posição de caixa da Companhia no exercício foi a R\$ 193,7 milhões contra R\$ 283,9 milhões, no exercício de 2022. Ainda sobre o aspecto operacional o MPH (Movimento por Hora Navio) médio foi de 92 em 2023 (93 em 2022). A KPMG Auditores Independentes prestou os serviços aos auditores independentes em nossas demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não prestou quaisquer outros serviços à Companhia. Paranaíba, 18 de março de 2024. Atenciosamente, Xiaojun Wang - Diretor Presidente. Xiaojun Wang - Diretor Financeiro.

Balancos patrimoniais. Tabela com 4 colunas: Notas, 31/12/23, 31/12/22, 31/12/23, 31/12/22. Linhas incluem Ativo Circulante, Não circulante, Passivo Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido.

Demonstrações de resultados. Tabela com 4 colunas: Notas, 31/12/23, 31/12/22, 31/12/23, 31/12/22. Linhas incluem Receita líquida de vendas, Lucro líquido, Despesas (despesas) operacionais, Despesas gerais e administrativas, Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber, Equivalência patrimonial, Outras (despesas) receitas operacionais, lucras, Lucro antes das receitas e despesas financeiras, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Resultado antes dos impostos, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferido, Lucro líquido do exercício.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido. Tabela com 4 colunas: Capital social, Reserva de capital, Reserva legal, Reserva de retenção de lucros. Linhas incluem Saldos em 1º de janeiro de 2022, Lucro líquido do exercício, Destinações, Dividendo mínimo obrigatório, Constituição de reserva de retenção de lucros, Saldos em 31 de dezembro de 2022, Lucro líquido do exercício, Destinações, Dividendos adicionais, Dividendo mínimo obrigatório, Constituição de reserva de retenção de lucros, Saldos em 31 de dezembro de 2023.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto. Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Linhas incluem Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras. Seção 1. Contexto operacional: O TCP Participações S.A. ("Companhia") foi criada no dia 2 de março de 2012, com o nome de AGLAIO Empreendimentos e Participações S/A. Em 16 de abril de 2012, a Companhia passou a chamar-se TCP Participações S/A, sua capital social foi elevada para R\$ 13.905, sendo dividido em 8.116.936 ações, sendo o valor do aumento de capital integralizado com ações das empresas TCP Log S/A e TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A e tendo sua sede transferida para a Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná. A Companhia tem por objeto administrar as companhias do grupo: TCP Log S/A e Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A ("TCP"). O TCP Log S/A foi criado em 10 de março de 2011, com a denominação social de VIKAS Empreendimentos e Participações S/A, com capital de R\$ 1, sendo dividido em 8.116.936 ações. Em 6 de julho de 2011 houve a mudança de razão social para TCP Serviços Logísticos S.A., e sua sede transferida para a cidade de Paranaguá - PR, Avenida Portuária, S/N, Dom Pedro II, em 16 de abril de 2012 a Companhia alterou sua razão social para TCP Log S/A. O TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A ("TCP") está localizada na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná e tem por objeto a exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. O contrato de exploração do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 o TCP celebrou o 1º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da ANTAQ, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (APPA) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. O TCP cumpriu com as condições contratuais durante os exercícios findos em 2023 e 2022. Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes previstas no Contrato, dentre elas as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, aprovaram a aquisição de 90% da Companhia pela Kong Rise Development Limited e passou a ser controlada pela Companhia. A Companhia possui uma equipe dedicada para gestão e controle do fluxo de caixa, considerando todas as especificidades em recebimentos (inadiquidade, temporada de renovação de contratos, distribuição de inadimplência ao longo do ano e projeção de perdas esperadas), pagamentos (OPEX, CAPEX, folha de pagamento de colaboradores, fornecedores, outorgas e taxas) e controle de dívidas (cálculo de juros, projeções, repagamentos, comportamento dos indícios, controle de covenants, etc.). A qualquer sinal de incapacidade de honrar com os compromissos, a alta administração da Companhia é acionada e a equipe de gestão de caixa elabora um plano de ação de redução de custo, renegociação de dívidas ou novos financiamentos. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações conforme os cronogramas de vencimentos divulgados nas notas explicativas 14 e 15. O Grupo reconheceu um lucro líquido de R\$ 384.717 no exercício e, em decorrência da característica do negócio apresentou Capital Circulante Líquido negativo no montante de R\$ 142.087 (R\$ 30.903 em 2022). No mesmo exercício o Grupo gerou fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais no montante de R\$ 700.251 (R\$ 746.846 em 2022) e lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$ 667.378 (R\$ 618.750 em 2022). Considerando este cenário e o papel estratégico do Grupo, a Administração analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e tem uma expectativa razoável de que o Grupo terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Demonstrações de resultados abrangentes. Tabela com 4 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Linhas incluem Lucro líquido do exercício, Resultados abrangentes, Resultado abrangente total.

correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. 2.10 Ativos Intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis avaliados internamente. A vida útil de ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é avaliada como definida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. 2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de mercado. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de mercado é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos. 2.12 Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. 2.13 Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também mantém equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.14 Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquido de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.15 Investimentos: Os investimentos em companhias controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e estão refletidos nas demonstrações individuais do TCP Participações S.A.

2.16 Investimentos em empresas não controladas: Os investimentos em empresas não controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e estão refletidos nas demonstrações individuais do TCP Participações S.A. 2.17 Instrumentos financeiros: As companhias não possuem nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: As provisões determinam a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das demonstrações contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros das controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, a Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusive nesta categoria. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: As controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com default. Desreconhecimento de ativos financeiros: O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando as controladas transferem o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantidas (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira. Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. 2.8 Juste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e a melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulares é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. 2.9 Imobilizado: Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo do seu custo em vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do

contêiner permanece no pátio do terminal. O serviço de monitoramento é registrado como receita quando da entrega do contêiner ao cliente ou embarcado no navio. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. b. Provisões de receitas: As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para as quais será gerado documento fiscal pertinente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a porcentagem de conclusão dos mesmos até o encerramento do mês para o registro do valor. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. 2.6 Impostos: Imposto de renda e contribuição social - Corrente: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributária e sujeitos à mesma autoridade tributária. Imposto sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto quando: - Os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e - Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: Controlada TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. - Programa de Integração Social - PIS, 1,65% - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, 7,6% - Imposto Sobre Produtos de Consumo - ITCMD - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS - 0,65% - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 3% - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS - 3% e 5%. 2.7 Instrumentos financeiros: As companhias não possuem nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras. Seção 2. Políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras da Companhia, individual e consolidada, foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Somente as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras são sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 18 de março de 2024. 2.2 Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da controladora TCP Participações S.A. e de suas controladas TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. e TCP Log S.A. As demonstrações das controladas são elaboradas com base nos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, portanto, não existe qualquer desfaseamento em relação ao exercício de apresentação da controladora. Na divulgação apresentada foram utilizadas políticas contábeis consistentes e eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Notas explicativas às demonstrações financeiras. Seção 2. Políticas contábeis materiais. Tabela com 4 colunas: Nome, Principal atividade, País, Sede, % Participação 2023, % Participação 2022. Linhas incluem TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A., TCP Log S.A.

2.3 Base para elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.4 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. 2.5 Reconhecimento de receita de contrato: O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O CPC 47 / IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. a. Prestação de serviços: A controlada TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. está envolvida na exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individualmente são determinados com base na tabela de preços que a controlada utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente. Com base na avaliação da controladora, o valor justo e o preço de venda de serviço individuais são amplamente similares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a controladora e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A controladora avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como um agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Prestação de serviços: A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres, armazenamento, monitoramento de contêineres e outros serviços logísticos acessórios. A movimentação de contêineres refere-se a carga e descarga de navios e o reconhecimento desta receita ocorre quando da conclusão da operação de cada navio. A receita com os serviços de armazenagem refere-se ao período em que o

circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulares que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota 14, a Companhia tem empréstimos bancários que estão sujeitos a covenants específicos. Embora o passivo esteja classificado como não circulares em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações, entretanto, até o momento não identificou evidências que pudessem impactar significativamente a classificação desses passivos. b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não participa de acordos de financiamento com fornecedores para o qual as novas divulgações serão aplicadas, consequentemente, a Administração não espera que a respectiva norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. c. Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: - Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); e - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

Notas explicativas às demonstrações financeiras. Seção 5. Caixa e equivalentes de caixa. Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/23, 31/12/22. Linhas incluem Caixa e bancos, Total aplicações financeiras, Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Parana, Banco Itaú BBA, Banco CCB, Banco XP Investimento, Total caixa e equivalentes de caixa.

5. Caixa e equivalentes de caixa. Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/23, 31/12/22. Linhas incluem Caixa e bancos, Total aplicações financeiras, Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Parana, Banco Itaú BBA, Banco CCB, Banco XP Investimento, Total caixa e equivalentes de caixa.

5. Caixa e equivalentes de caixa. Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/23, 31/12/22. Linhas incluem Caixa e bancos, Total aplicações financeiras, Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Parana, Banco Itaú BBA, Banco CCB, Banco XP Investimento, Total caixa e equivalentes de caixa.

5. Caixa e equivalentes de caixa. Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/23, 31/12/22. Linhas incluem Caixa e bancos, Total aplicações financeiras, Banco Santander, Banco Bradesco, Banco Parana, Banco Itaú BBA, Banco CCB, Banco XP Investimento, Total caixa e equivalentes de caixa.

6. Contas a receber (consolidado). Tabela com 4 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Linhas incluem Clientes, Serviços prestados e não faturados, (-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável, Circulante, Não circulante.

6. Contas a receber (consolidado). Tabela com 4 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Linhas incluem Clientes, Serviços prestados e não faturados, (-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável, Circulante, Não circulante.

6. Contas a receber (consolidado). Tabela com 4 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Linhas incluem Clientes, Serviços prestados e não faturados, (-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável, Circulante, Não circulante.

6. Contas a receber (consolidado). Tabela com 4 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Linhas incluem Clientes, Serviços prestados e não faturados, (-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável, Circulante, Não circulante.

7. Saldo no início do exercício / Saldo no final do exercício. Tabela com 4 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Linhas incluem Saldo no início do exercício, Constituição de provisão, Saldo no final do exercício.

7. Saldo no início do exercício / Saldo no final do exercício. Tabela com 4 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Linhas incluem Saldo no início do exercício, Constituição de provisão, Saldo no final do exercício.

7. Saldo no início do exercício / Saldo no final do exercício. Tabela com 4 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Linhas incluem Saldo no início do exercício, Constituição de provisão, Saldo no final do exercício.

7. Saldo no início do exercício / Saldo no final do exercício. Tabela com 4 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Linhas incluem Saldo no início do exercício, Constituição de provisão, Saldo no final do exercício.

8. Valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e provisões de condições econômicas futuras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

8. Valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e provisões de condições econômicas futuras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

8. Valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e provisões de condições econômicas futuras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

8. Valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e provisões de condições econômicas futuras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

7. Impostos a recuperar
Controladora Consolidado
31/12/2023 31/12/2022 31/12/2023 31/12/2022
Provisão IR s/ aplicações INSS a recuperar 345 281 1.681 2.113

Notas explicativas às demonstrações financeiras da TCP Participações S.A.
diferido passivo sobre diferenças temporárias. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial consolidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

Intangível: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do intangível relativo ao Direito de exploração (vide nota 11) é de R\$ 1.440.479, representado por R\$ 2.112.411 de principal e R\$ 671.932 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativa ao direito de exploração, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 42.091 (R\$ 42.091 em 31 de dezembro de 2022), e encontra-se registrada sob a rubrica custos e serviços prestados, na demonstração do resultado do exercício.

Valor contábil
31/12/2023 31/12/2022
Ativos financeiros
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 5) 193.740 283.929

8. Outros créditos (consolidado)
Adiantamentos a fornecedores 5.185 4.079
Adiantamento partes relacionadas - China Merchants 6.746
Adiantamento de despesas - reembolso antigos acionistas (1) 40.846 34.271

b. Impostos de renda e contribuição social - Aliquota efetiva
31/12/2023 31/12/2022
Imposto de renda Contribuição social Imposto de renda Contribuição social

17. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas (consolidado): A controlada TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. As para as quais cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como abaixo indicado:

d. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. e. Risco regulatório: Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade. A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração do Porto. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a Companhia entende a possibilidade como remota. f. Risco de liquidez: As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico. Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para encorajar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo. A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

10. Imobilizado (consolidado): A movimentação do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi como segue:

Os empréstimos foram contratados em moeda nacional (R\$). A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

No primeiro semestre de 2018 a controlada TCP Terminal foi citada do processo de execução fiscal que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Exploração (exercício sociais de 2009 a 2012 e Discussão Ágio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011)). A execução fiscal encontra-se com o juiz garantido (seguro garantia), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Exploração possui probabilidade de perda remota e a Discussão Ágio Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível. Em algumas causas em que a controlada TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos. Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

Menos de 1 ano Entre 1 e 2 anos Entre 2 e 5 anos Acima de 5 anos Totais

11. Intangível (consolidado)
31/12/2023 31/12/2022
Saldo em 31/12/2021 151.959 6.027 2.112.411 159.503 - 2.429.900

Saldo inicial 236.820 185.673
Captação empréstimos 80.000 100.000
Pagamentos de empréstimos (principal) (160.000) (60.000)
Pagamentos juros sobre empréstimos 18.704 27.636

18. Salários e obrigações sociais (consolidado)
31/12/2023 31/12/2022
Provisão de bônus 12.726 9.813
Salários a pagar 5.807 6.682
Provisão de férias 12.229 9.907

22. Receita líquida de vendas (consolidado): Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

12. Partes relacionadas (controladora)
Ativo
Dividendos a receber
2023 2022

(i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa. Em 16 de fevereiro de 2018 a Companhia captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 300.000,00 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a. A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024. Em 26 de julho de 2023 o Grupo captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 80.000,00 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 0,80% a.a. A dívida possui como prazo de pagamento do principal o mês de julho de 2024. Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos são mensurados anualmente e estão demonstrados a seguir, sendo mensurados com base nas demonstrações financeiras da controlada TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. - a Dívida Líquida / EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) Ajustado: igual ou inferior a 1; - EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 2; - Patrimônio líquido não inferior a R\$ 100.000. - Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio (JSCP) não devem superar o pagamento mínimo obrigatório, mas no caso de superar, a Dívida líquida / EBITDA não poderá ser superior a 2,5 vezes, estando sujeito ao aumento da taxa em 0,50% ao ano. Conforme nota 20(b), os sócios deliberaram a distribuição de dividendos acima do mínimo durante o primeiro semestre de 2023, como consequência, a Dívida líquida / EBITDA não poderá ser superior a 2,5 vezes nas próximas medições anuais. Vale destacar que a Companhia está prevendo o cumprimento desse indicador em ambos os cenários. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia encontra-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de covenants quando aplicável, desses empréstimos e financiamentos, de forma consolidada. Atualmente, as controladas não possuem bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos.

20. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social autorizado é de R\$ 68.851, representado por 8.457.036 B. Reserva legal: Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, ou quando acrescida da reserva de capital, limitada a 25% do capital social. c. Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 384.717 (R\$ 311.506 em 2022), o que gerou dividendos mínimos registrados no montante de R\$ 96.179. d. Reserva retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2023 o valor da reserva de lucros retidos após a reserva legal, dividendos é de R\$ 544.674 (R\$ 516.136 em 2022), este montante será deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia através de AGO conforme previsto pela legislação societária brasileira sem prejuízo por retenção indevida de reserva de lucro a acionistas minoritários pois a Companhia possui apenas um acionista majoritário que detém 100% das ações.

23. Despesas operacionais por natureza (consolidado)
31/12/2023 31/12/2022
Custos dos serviços prestados (479.075) (463.906)
Despesas com vendas (1.611) (894)

13. Investimentos (controladora): Informações sobre os investimentos - 31/12/2023
Patrimônio líquido Lucro líquido sobre o exercício % no capital Equivalência Investimento

15. Obrigações com o poder concedente (consolidado)
a. Registro da obrigação: Em outubro de 1998 o "antigo TCP" (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela TCP Terminal S.A.) foi ganhador do contrato de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048). Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ("APPA"), a remuneração pela exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IPCA. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEUS), conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassem os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas. O valor registrado no passivo como "parcelas variáveis" refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela exploração. Em 13 de abril de 2016 a controlada celebrou o 10º Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível. Em decorrência da prorrogação antecipada, a controlada fica obrigada a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade. Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal. Adicionalmente ao montante previsto acima, a controlada deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, no valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e realocações de trilhões dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos. Em 9 de setembro de 2021, a Companhia e a Administração de Portos de Paranaguá e Antonina ("APPA") celebraram o 12º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento Portuário nº 020/1998 onde ficou acordada a alteração do índice de correção inflacionária da parcela fixa e variável da remuneração devido pela Companhia à APPA pelo direito de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá ("Remuneração"). Na nova redução, ficou acordado que a remuneração passa a ser ajustada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em substituição do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tendo seus efeitos a partir da data base de reajuste de novembro de 2019. Tal substituição se deve ao fato de que o índice IPCA passou a ser o índice utilizado nos novos contratos de arrendamento conforme disposto no Art. 23 da Resolução Antaq nº 3.320, de 08 de janeiro de 2014, com isso, a Companhia passa a refletir a variação monetária mais próxima do que já é praticado pelo mercado e com menor risco de volatilidade. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

21. Instrumentos financeiros e riscos de mercado (consolidado)
a. Classificação contábil e valores justos
31/12/2023 31/12/2022
Valor contábil Valor justo Valor contábil Valor justo

24. Resultado financeiro (consolidado)
31/12/2023 31/12/2022
Encargos sobre o contrato de exploração (98.124) (147.163)
Despesas bancárias e descontos concedidos (261) (270)

Informações sobre os investimentos - 31/12/2022
Patrimônio líquido Lucro do exercício % no capital Equivalência Investimento

Parcelas fixas 488.413 441.311
Parcelas variáveis (movimentação mínima obrigatória) 1.618.038 1.648.245
Total 2.106.451 2.089.556

b. Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia e as controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, bem como não contrataram instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios mencionados. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de mercado (veja (c)); Risco de crédito (veja (d)); Risco regulatório (veja (e)); e Risco de liquidez (veja (f)). c. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Risco de taxa de juros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuiu exposição na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com o presente relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2023 (último dia útil do mês) foi extraída a projeção do indexador (DI) para os próximos 12 meses e está definido como o cenário prospectivo, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

25. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (consolidado)
31/12/23 31/12/22
Recuperação de despesas (PIS/COFINS) (1) 14.959 14.806
Provisão riscos tributários, civis e trabalhistas (28.954) (13.180)

Nota de crédito à exportação
Arrendamento 147.404 236.564
Passivo circulante 147.404 176.820
Passivo não circulante - 60.000

Saldo no início do exercício 2.089.556 2.042.331
Pagamentos contratuais (81.204) (71.944)
Provisão juros 98.099 119.169
Saldo ao final do exercício 2.106.451 2.089.556

Saldo no início do exercício 2.089.556 2.042.331
Pagamentos contratuais (81.204) (71.944)
Provisão juros 98.099 119.169
Saldo ao final do exercício 2.106.451 2.089.556

(1) Créditos de PIS e Cofins tomados no exercício corrente referentes a gastos relacionados a insumos na prestação do serviço (energia elétrica, depreciação, manutenção, combustíveis), ou insumos por imposição legal (INFRAMAR, obrigação com poder concedente, seguro de operador portuário). 26. Seguros: Em conformidade com o Contrato de Exploração do Terminal Portuário e o Contrato Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertencentes a concessão. O seguro possui valor de até US\$ 25 milhões, sendo que as importações seguradas e seus limites de indenização máximos foram alterados por meio de termo de ajuste. Objeto da apólice: Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Exploração do 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para a implantação, administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato. Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$ 29.500. As operações sob responsabilidade da controlada TCP Log S.A. têm cobertura securitária na apólice de operador portuário da controlada TCP Terminal, com o valor máximo de USD 6 milhões. As importações seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por meio de termo de ajuste. A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. 27. Transações que não envolvem caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7). As transações que não envolvem caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa consolidado são as seguintes: - Aquisição de ativos intangíveis a prazo no montante de R\$ 1.162 (R\$ 1.904 em 31 de dezembro de 2022); e - Aquisição de ativos imobilizados a prazo no montante de R\$ 11.856 (R\$ 5.291 em 31 de dezembro de 2022).

Demonstrações financeiras da TCP Participações S.A.		
Diretoria		
Xiaojun Cao - Diretor Presidente	Xiaodong Wang - Diretor Financeiro	Joanir dos Santos Passos - Contador CRC-PR 048980/07
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>		
<p><b>Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da TCP Participações S.A.</b> Paraná - Paraná: "Companhia", identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TCP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as</p>		
<p>eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente de se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas</p>		
<p>controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em condições operacionais. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos a administração e a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>		
<p>Curitiba, 18 de março de 2024   <b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b>            CRC SP-014428/0-6-F-PR  <b>João Alberto Dias Panceri</b>            Contador CRC PR-048555/0-2</p>		



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SInPES – Sindicato dos Professores de Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana – convoca os professores da ASSENAR para Assembleia Geral Virtual a ser realizada no dia 27 de março de 2024 às 17h00min em primeira convocação e 17h30min em segunda convocação, quando será discutida a seguinte ordem do dia:

- 1 – Autorização para o Sinpes renegociar acordo trabalhista no autos de número ACPCiv0000593-11.2021.5.09.0004 (recreio);
- 2 - Assuntos Gerais.

Link da Assembleia

<https://us06web.zoom.us/j/85386699713?pwd=nTvAmLXURAZXSOiedyNkIf8WVXkZa.1>

ID da reunião: 853 8669 9713

Senha: 540810

Curitiba, 22 de março de 2024.

**Valdyr Perrini**  
Presidente

JUIZO DE DIREITO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR Rua Mateus Lemes, nº 1.142, 9º andar - CEP 80630-010 - e-mail - 20vazacivel@gmail.com EDITAL - CITAÇÃO - PRAÇA: QUARENTA (40) DIAS A DOUTORA RAFAELA ZARPELON MMA, JUIZA DE DIREITO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DE CURITIBA, PARANÁ, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER a todos quantos vierem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório da Vigésima Vara Cível se processam os termos da ação de cobrança nº. 0009503-29.2020.8.16.0194 requerida por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO DOM JOSÉ em face de SÔNIA APARECIDA SOARES e, em atendimento ao que dos autos consta, fica a ré, SÔNIA APARECIDA SOARES brasileira, divorciada, empresária, cédula de identidade nº 1.180.340, inscrito no CPF/MF nº 843.136.098-49, nascida em 03/06/1955, para os termos da ação, cuja peça inicial e despacho abaixo transcritos, podendo, querendo, no prazo de QUINZE (15) DIAS ÚTEIS, contados da data do término do prazo do edital, contestar, sob pena de não o fazendo, presumirem-se aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (artigo 344 do Código de Processo Civil), RESUMO DA INICIAL: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO DOM JOSÉ inscrito no CNPJ/MF sob o nº 73.626.087/0001-80, Rua José Loureiro, nº 267, apto 1009, Centro, Curitiba/PR- CEP: 80.010-000 ajuizou ação de cobrança em face de Sônia Aparecida Soares inscrita no CPF/MF nº 843.136.098-49. Conforme certidão imobiliária expedida pelo 4º Cartório de Registro de Imóveis (doc. em anexo), a unidade 1009, é de propriedade da requerida. Entretanto, a requerida não vem quitando suas obrigações legais referentes ao pagamento das parcelas condominiais sob sua responsabilidade referente aos meses de julho/2018 a dezembro/2018, janeiro/2019 a dezembro/2019, janeiro/2020 a dezembro/2020, janeiro/2021 a abril/2021 no valor total de R\$ 0 e valor total de R\$ 39.191,85 (Trinta e nove mil cento e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos). O dever dos condôminos de contribuírem com as despesas condominiais decorre de disposição legal, conforme se depreende da redação do artigo 12, par. 3º da Lei nº 4.591/64. Art. 12. Cada Condômino concorrerá nas despesas do condomínio, recolhendo, nos prazos previstos na convenção, a cota parte que lhe couber em rateio. Par. 3º. O Condômino que não pagar a sua contribuição no prazo fixado na Convenção fica sujeito aos juros moratórios de 1% e multa de até 20% sobre o débito, que será atualizado, se o estipular a Convenção, com a aplicação dos índices de correção monetária levantados pelo Conselho Nacional de Economia, no caso de mora por período igual ou superior a seis meses. Portanto, veja-se que o dever de contribuir com as despesas condominiais e suas cominações legais em caso de inadimplemento encontram-se expressamente previstos na Convenção do Condomínio. Cumpre ressaltar, que se esgotaram todos os meios amigáveis e suávorios para o recebimento da referida importância, razão pela qual o requerente vê-se compelido a ingressar com a presente medida judicial. (Resumo apresentado pela própria parte). ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia, art. 257, II do Código de Processo Civil. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). DESPACHO 1. O autor pediu a citação por edital, em razão das tentativas infrutíferas de localização da parte ré (mov. 132.1). Verifica-se que foram requisitadas informações acerca do endereço da ré nos diversos sistemas conveniados: SISBAJUD (mov. 103.1), RENAJUD (mov. 59.1), INFJUD (mov. 60.1), PORTALJUD (mov. 65.1), SIEL (mov. 33.1), COPEL (mov. 34.1), OI (mov. 67.1), TIM (mov. 66.1) e CLARO (mov. 68.1), contudo as tentativas de citação nos endereços localizados não foram exitosas. 2. Desses dados, frustradas as tentativas de localização da parte ré, defiro a Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: Pj5ZP2NSUT2GWEB VZPRK PROJUDI - Processo: 0009503-29.2020.8.16.0194 - Ref. mov. 148.1 - Assinado digitalmente por Amanda Rosa Xavier Lemes 11/03/2024: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITAÇÃO. Arq: Edital Documento assinado digitalmente nos termos da Lei 11.419/2006, conforme impressão à margem direita "PODER JUDICIÁRIO" Estado do Paraná citação por edital, com prazo de 40 (quarenta) dias (artigo 256, II e 3º - do CPC) observados os demais requisitos legais e pertinentes (incisos II, III, IV, e parágrafo único do art. 257 do CPC). 3. Deve o referido edital ser publicado no Diário de Justiça Eletrônico Estadual, por meio da rede mundial de computadores e no sítio deste Egrégio Tribunal de Justiça, e também na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, se tiver sido implementada, nos termos do art. 257, inciso II, do CPC. 4. Em não sendo apresentada defesa, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a função de curador especial das partes ré citadas por edital. 5. Abra-se vista ao curador nomeado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se. 6. Na sequência, manifeste-se a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Diligências necessárias: Curitiba 08 de novembro de 2023. Dra. Rafaela Zarpelon. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Curitiba, 08 de março de 2024. Eu, analista judiciária, que o digitei, subscrevo e assino por determinação do MM. Juiz (Portaria 001/2016). Amanda Rosa Xavier Lemes Analista Judiciária



**Casos de câncer entre homens avançam 67% em nove anos no PR**

**Quase metade dos cêz o Ministério da S**



**AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.**  
CNPJ/MF Nº 03.584.906/0001-99 - NIRE 41300017808  
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

**EXTRATO ATA DA 105ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
EXTRATO nos termos do par. 3º do art. 130 da Lei nº 6.404/76. Data, hora, local e quórum de instalação: 18.10.2023, às 14h00, na sede social e em número legal. Mesa: Presidente: Heraldo Alves das Neves. Secretário: Caio Cesar Zerbato. Deliberação: aprovada a eleição, para o Conselho de Administração da Fomento Paraná, dos Senhores FLÁVIO MONENEGRO BALAN, (2ª reeleição na vigência da Lei nº 13.303/16), indicado pelo acionista controlador, inscrito no CPF sob o nº 772.834.499-49; EDUARDO FRANCISCO SCIARRA, (1ª reeleição na vigência da Lei nº 13.303/16), indicado pelo acionista controlador, inscrito no CPF sob o nº 172.073.209-49; BRUNO ANTONIO DE NOVAES PAROLIN, (1ª reeleição na vigência da Lei nº 13.303/16), independente, no CPF sob o nº 079.363.479-25; CARLOS ALBERTO MASSARU ADATI, (1ª eleição na vigência da Lei nº 13.303/16), inscrito no CPF sob o nº 364.385.459-53; e LETICIA ZAINA BINDO ABDALA, representante dos empregados, inscrita no CPF sob o nº 044.860.619-42. O mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025. Quorum da Deliberação: unanimidade dos presentes. Formalidades Legais: ata lavrada, assinada, homologada pelo Banco Central do Brasil e arquivada na Junta Comercial do Paraná em 21/03/2024, sob o nº 20240903803.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS**  
ESTADO DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº**  
**007/2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2024**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS**

**ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS PARA EVENTOS INSTITUCIONAIS, DATAS COMEMORATIVAS E PALESTRAS.**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$2.439.175,00** (Dois milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, cento e setenta e cinco reais).

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: AMPLA**  
**CONCORRÊNCIA com aplicação da Lei Complementar nº 123/2006.**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 10/04/2024 às 09:00h**

**DA SESSÃO PÚBLICA:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Matinhos utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS link <https://bllcompras.com/Home/Login> para realização desta licitação. Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, no portal de transparência <https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> e obter informações EXCLUSIVAMENTE na plataforma ou excepcionalmente através do e-mail: [licitacao@matinhos.pr.gov.br](mailto:licitacao@matinhos.pr.gov.br)

**DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:**  
[licitacao@matinhos.pr.gov.br](mailto:licitacao@matinhos.pr.gov.br)

**CONTATOS:**  
Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
CNPJ Nº 62.307.848/0001-15 - NIRE 41.300.075.336  
**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 15 de fevereiro de 2024, às 10h, na sede social do Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia"), localizado na Rua Pasteur, nº 463, 1º andar, conj. 101, Batel, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **2. PRESEÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, assinados abaixo. **3. MESA:** Verificado o quórum necessário para a instalação da Reunião do Conselho de Administração, o Sr. Rosano Ouriques assumiu a presidência e indicou o Sr. Maick Felisberto Dias para secretar a reunião. **4. ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a realização da 15ª (décima quinta) emissão de letras financeiras pela Companhia, para distribuição pública não sujeita a registro, em até 3 (três) séries, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 8, de 14 de outubro de 2020, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, mas não se limitando à divulgação do "Documento de Informações Essenciais - DIE de Letras Financeiras da 15ª Emissão do Banco RCI Brasil S.A." ("DIE"), em observância à Lei nº. 12.249, de 11 de junho de 2010, conforme alterada, e à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº. 5.007, de 24 de março de 2022, conforme alterada, no valor de até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) ("Emissão", "Oferta" e "Letras Financeiras", respectivamente); (ii) autorizar a Diretoria da Companhia tomar todas as providências necessárias à emissão das Letras Financeiras, incluindo, mas não se limitando, a definição da forma e das condições da Emissão (incluindo, mas não se limitando à quantidade de Letras Financeiras, data de emissão, forma e procedimento de colocação, prazo e data de vencimento, remuneração das Letras Financeiras, entre outros) contratação das instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas para coordenar e intermediar a Oferta ("Coordenadores"), do agente que representará a comunhão dos titulares das Letras Financeiras ("Agente de Letras" e "Titulares", respectivamente), banco liquidante, escriturador mandatário, os assessores legais e demais prestadores de serviços da Emissão, bem como a negociação e celebração de todos os documentos e todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, à celebração e formalização do "Instrumento Particular da 15ª (Décima Quinta) Emissão, para Distribuição Pública, Não Sujeita a Registro, de Letras Financeiras do Banco RCI Brasil S.A." ("Instrumento de Emissão"), do contrato de coordenação e distribuição das Letras Financeiras ("Contrato de Distribuição"), e dos demais documentos da Emissão; (iii) ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima; e (iv) deliberar sobre a prestação de contas e esclarecimentos da Diretoria ao Conselho de Administração no tocante aos atos relacionados à Emissão das Letras Financeiras. **5. DELIBERAÇÕES:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1. APROVAÇÃO DA EMISSÃO:** A aprovação da 15ª (décima quinta) emissão pública de Letras Financeiras da Companhia, em até 3 (três) séries, em sistema de vasos comunicantes, conforme a forma e condições a serem definidas pela Diretoria da Companhia, sendo certo que, em caso de não integralização de uma das Letras Financeiras devido a (a) questões operacionais ou (b) ausência de integralização por investidor, o Instrumento de Emissão poderá ser adaptado, sem necessidade de nova aprovação societária, para prever a emissão de novas séries de Letras Financeiras com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido. **5.2. Delegação de Poderes:** Fica a Diretoria da Companhia autorizada a (i) definir a forma da Emissão e negociar todas as condições das Letras Financeiras; (ii) negociar e celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta; (iii) contratar os Coordenadores para intermediar e coordenar a distribuição pública de Letras Financeiras; (iv) contratar os prestadores de serviços da Emissão. **5.3. Ratificação dos Atos:** Ratificar todos os atos já praticados pelos Diretores da Companhia relacionados às deliberações acima. **5.4. Prestação de Contas:** Fica a Diretoria da Companhia obrigada a prestar contas e esclarecimentos acerca dos trabalhos relativos à Emissão das Letras Financeiras ao Conselho de Administração da Companhia sempre que solicitada, conforme autorização e ratificação nos termos dos itens 5.2 e 5.3 acima. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme por todos os presentes que a subscrevem. **Mesa:** Rosano Ouriques - Presidente da Mesa. Maick Felisberto Dias - Secretário da Mesa. **Conselheiros:** Jean- Marc Marie Bernard Saugier- Presidente do Conselho. Frédéric Schneider, José Luis Medina Del Rio, Cesar Augusto Janikian, Denis Ferro Junior - Conselheiros Efetivos, e Ricardo Olivare de Magalhães - Conselheiro Suplente. **Mesa:** Rosano Ouriques - Presidente da Mesa. Maick Felisberto Dias - Secretário da Mesa. JUCEPAR nº 20241186200 em 21/02/2024. Protocolo nº 241186200 de 21/02/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia.

**EXTRATO DO EDITAL DE LEILÃO Nº 09/2024 - SENAD/MJSP-PF - ALIENAÇÃO ANTECIPADA - OUTROS CRIMES**

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, com apoio da Estrutura Organizacional da Polícia Federal no Estado do Paraná, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, nomeada através da Portaria SR/PF/PR Nº 1641, de 09 de junho de 2022, publicada no aditamento semanal nº 23, de 10/06/2022, torna público que no local, data e horário indicados no item "1" do presente edital, será realizada licitação, na modalidade **LEILÃO ELETRÔNICO**, do tipo maior lance, para venda dos bens indicados nos ANEXOS, deste edital, a ser conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial, **PAULO ROBERTO NAKAKOGUE**, inscrito na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob a matrícula nº **12/048L**, por força do contrato nº **68/2022/PR**, em conformidade com a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2003, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e, com base no art. 6º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto 21.981, de 19 de outubro de 1932, alterado pelo Decreto 22.427, de 01 de fevereiro de 1933, e Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019, bem como as condições abaixo: LOCAL: Leilão Eletrônico através do site: [www.nakakogueleiloes.com.br](http://www.nakakogueleiloes.com.br) - DATA E HORÁRIO: **1º LEILÃO/PRAÇA: dia 15/05/2024 às 10h:00min - 2º LEILÃO/PRAÇA: dia 15/05/2024 às 11h:00min.** Os bens relacionados serão leiloados nas condições em que se encontram, e sem garantia, não cabendo ao leiloeiro e à SENAD a responsabilidade por qualquer problema ou defeito que venha a ser constatado posteriormente, na constituição, composição ou funcionamento dos bens licitados, pressupondo-se, a partir do oferecimento de lances, o conhecimento das características e situação dos bens, ou o risco consciente do arrematante, não aceitando a respeito deles qualquer reclamação ou insistência posterior, quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, procedência ou especificação, cujos lotes, constantes dos ANEXOS. Edital na íntegra, relação dos lotes, condições de arrematação, e demais informações, estão disponíveis no site [www.nakakogueleiloes.com.br](http://www.nakakogueleiloes.com.br) e-mail: [nakakogueleiloes@nakakogueleiloes.com.br](mailto:nakakogueleiloes@nakakogueleiloes.com.br) - tel: (41) 30926400 e 41 998488 000.



## TCP - LOG S.A.

CNPJ nº 13.438.815/0001-07

## Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: A Administração da TCP LOG S/A em conformidade com as disposições estatutárias e legais submeteu à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Balancos patrimoniais	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.137	26.737	21.032	29.359
Contas a receber de clientes	6	3.160	2.385	3.160	2.385
Impostos a recuperar		204	373	410	515
Outros créditos		48	7	48	8
		21.549	29.502	24.650	32.267
<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais		52	79	52	79
Investimentos	7	3.101	2.765	-	-
Imobilizado	8	361	829	361	829
		3.514	3.673	413	908
		25.063	33.175	25.063	33.175
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		66	85	66	85
Dividendos a pagar	13.b	3.933	2.928	3.933	2.928
Obrigações tributárias a recolher	9a	168	142	168	142
Imposto de renda e contribuição social		840	726	840	726
Obrigações trabalhistas e sociais	10	1.380	1.518	1.380	1.518
Outras obrigações		45	43	45	43
		6.432	5.442	6.432	5.442
<b>Não circulante</b>					
Provisão para riscos tributários	12	2	150	2	150
		2	150	2	150
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	13	5.690	5.690	5.690	5.690
Reservas de lucros		12.939	21.893	12.939	21.893
		18.629	27.583	18.629	27.583
		25.063	33.175	25.063	33.175

Demonstrações de resultados	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	15	25.464	21.817	25.464	21.817
Custo dos serviços prestados	16	(7.928)	(8.650)	(7.928)	(8.650)
<b>Lucro bruto</b>		17.536	13.167	17.536	13.167
<b>Despesas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	16	(192)	(513)	(192)	(513)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	6	(6)	40	(6)	40
Equivalência patrimonial	7	336	281	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas		(177)	(76)	(177)	(76)
<b>Total das despesas operacionais, líquidas</b>		(39)	(268)	(375)	(549)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		17.497	12.899	17.161	12.618
Receitas financeiras	17	2.486	2.282	2.822	2.563
Despesas financeiras	17	(77)	(35)	(77)	(35)
<b>Resultado financeiro</b>		2.409	2.247	2.745	2.528
<b>Resultado antes dos impostos</b>		19.906	15.146	19.906	15.146
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(4.172)	(2.997)	(4.172)	(2.997)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		15.734	12.149	15.734	12.149

classificação, que pode ser valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todos os ativos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, a Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa incluídos nesta categoria. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*. **Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros:** O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados. **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **2.8 Imobilizado:** Edificações, equipamentos e veículos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual, o método de depreciação e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue, para os dois exercícios apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	1.751	159	1.766	176
Aplicações financeiras	16.386	26.578	19.266	29.183
Banco Santander	16.386	3.566	19.266	6.171
Banco Itaú	-	23.012	-	23.012
Total caixa e equivalentes	18.137	26.737	21.032	29.359

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2023 os cinco maiores representam 97% da receita bruta (98,2% em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as análises dos vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	31/12/2023		31/12/2022	
	1.007	184	2.231	2.273
Clientes	1.007	184	2.231	2.273
Serviços prestados e não faturados	2.231	2.273	(78)	(72)
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(78)	(72)	3.160	2.385

Os valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R\$ 78 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 72 em 2022). A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	(72)	(112)	(6)	(40)
Saldo no início do exercício	(72)	(112)	(6)	(40)
Constituição de provisão	(6)	(40)	(78)	(72)
Saldo no final do exercício	(78)	(72)	-	-

Em 18 de julho de 2013, a Companhia registrou na junta comercial o contrato social do Centro Logístico Industrial Aduanero de Paranaguá Ltda., para o qual foi contabilizado o investimento a integralizar no valor de R\$ 2.000 sendo composta por 2.000 milhões de quotas. Em 2 de junho de 2017 a Companhia integrou o capital na controlada. A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	2.765	2.484	336	281
Saldo no início do exercício	2.765	2.484	336	281
Equivalência patrimonial (1)	-	-	3.101	2.765
Saldo no final do exercício	3.101	2.765	-	-

(1) Equivalência patrimonial proveniente de rendimento de aplicação financeira mantida na controlada.

**8. Imobilizado (controladora e consolidado)**  
As movimentações do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

Vida útil	25 anos		10 anos		10 anos		10 anos	
	Equipamentos e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Samentos de dados	Empilheiras	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	569	146	30	145	3.363	4.253		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	569	146	30	145	3.363	4.253		
Baixas	(358)	-	-	-	-	(358)		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	211	146	30	145	3.363	3.895		
Vida útil	25 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos			
Equipamentos e instalações	Equipamentos e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Samentos de dados	Empilheiras	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(90)	(65)	(21)	(144)	(2.913)	(3.233)		
Depreciação	(24)	(9)	(3)	(1)	(154)	(191)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(114)	(74)	(24)	(145)	(3.067)	(3.424)		
Depreciação	(24)	(10)	(3)	-	(160)	(197)		
Baixas	87	-	-	-	-	87		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(51)	(84)	(27)	(145)	(3.227)	(3.534)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	455	72	6	-	296	829		

**9. Obrigações tributárias a recolher (controladora e consolidado):**

a. Obrigações tributárias a recolher	31/12/2023		31/12/2022	
	64	54	18	15
ISS	64	54	18	15
PIS	-	-	85	70
COFINS	-	-	1	3
Outros impostos	1	3	168	142
Total	65	57	204	160

**b. Imposto de renda e contribuição social a recolher**

	31/12/2023		31/12/2022	
	612	518	228	208
Imposto de renda	612	518	228	208
Contribuição social	-	-	840	726
Total	612	518	1.068	934

**10. Obrigações trabalhistas (controladora e consolidado)**

	31/12/2023		31/12/2022	
	381	227	497	455
Provisão de bônus	381	227	497	455
Provisão de férias	-	-	502	836
Outras obrigações trabalhistas	-	-	1.380	1.518
Total	381	227	1.379	1.809

**11. Imposto de renda e contribuição social (controladora e consolidado)**

	31/12/2023		31/12/2022	
	27.577	27.577	3.276	3.276
Receita bruta de serviços	27.577	27.577	3.276	3.276
Alíquotas de presunção	-	-	8.825	8.825
Base de cálculo	-	-	3.516	3.516
Rendimento sobre aplicação financeira	-	-	12.341	12.341
Base de cálculo ajustada	-	-	-	-

Demonstrações de resultados abrangentes	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		15.734	12.149	15.734	12.149
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		15.734	12.149	15.734	12.149

revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. a. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7). As alterações introduziram novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não participa de acordos de financiamento com fornecedores para o qual as novas divulgações serão aplicadas, consequentemente, a Administração não espera que a respectiva norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. b. Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); - Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) e - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

	31/12/2023		31/12/2022	
	25%	9%	25%	9%
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(3.085)	(1.111)	(3.085)	(1.111)
Diferença de alíquota	24	-	24	-
Total tributos lançados ao resultado	(3.061)	(1.111)	(3.061)	(1.111)

	31/12/2023		31/12/2022	
	23.577 <th>23.577 <th>1.339 <th>1.339</th> </th></th>	23.577 <th>1.339 <th>1.339</th> </th>	1.339 <th>1.339</th>	1.339
Receita bruta de serviços	23.577	23.577	1.339	1.339
Alíquotas de presunção	-	-	8.825	8.825
Base de cálculo	-	-	2.251	2.251
Rendimento sobre aplicação financeira	-	-	25%	9%
Base de cálculo ajustada	-	-	(2.251)	(800)
Alíquotas	-	-	24	-
Tributos	-	-	(2.197)	(800)
Diferença de alíquota	-	-	24	-
Total tributos lançados ao resultado	-	-	(2.173)	(800)

**12. Provisão para riscos tributários (controladora e consolidado)**  
A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza tributária para as quais mantém provisão como a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	150 <th>2 <th>150 <th>2 </th></th></th>	2 <th>150 <th>2 </th></th>	150 <th>2 </th>	2
Trabalhista	150	2	150	2
Total	150	2	150	2

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém, ainda, outros processos trabalhistas em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 1.757 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2022), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

**13. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 5.690 representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas. **b. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. No exercício, foi gerado dividendo mínimo sobre o saldo do lucro do exercício (R\$ 15.734 X 25%) a pagar de R\$ 3.933. **c. Reserva retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2023 as reservas retenção de lucros somavam R\$ 11.801 (R\$ 20.755 em 31 de dezembro de 2022) e deverá ser deliberada por AGO conforme previsto pela legislação societária brasileira, no exercício de 2024. **d. Reserva legal:** Constit

**continuação**

empréstimos e financiamentos vigentes. **b. Gerenciamento dos riscos financeiros:** O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: - Risco de crédito; - Risco de liquidez; - Risco de mercado. **(i) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Para maiores informações sobre a exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber de clientes, veja nota explicativa 6. **(ii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. **(iii) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**19. Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

**20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:** As operações da Companhia compreenderão a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros. **a. Risco de crédito:** Esse risco advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de serviços prestados. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

**21. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2023, as operações sob responsabilidade da TCP Log S.A. têm cobertura securitária na aplicação de operador portuário da TCP Terminal, com o valor máximo de USD 6 milhões. A apólice de seguro tem vencimento em 13 de abril de 2024, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado. A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da TCP LOG S.A.**  
Paraná - Paraná

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TCP Log S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e os respectivos demonstrativos do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TCP Log S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Nossos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos evidência de auditoria em termos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de março de 2024

**KPMG** KPMG Auditores Independentes Ltda. João Alberto Dias Panceri  
CRC SP-01428/O-6 F-PR Contador CRC PR-04855/O-2

**Leilão Judicial**  
Autos 0000251-58.1987.8.16.0129 Av. Porto São José  
M. Falida Braship Guaratuba - Paraná Guaratuba - Paraná  
**Terreno**  
Área total 625,00m<sup>2</sup>  
1ª Praça 15/04/2024 - 100%  
2ª Praça 22/04/2024 - 50%  
Avaliação: R\$ 42.741,97  
www.nogaleiloes.com.br (41) 3333-1515 • (41) 9 9255-4592

**ABEP**  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
O Presidente da Associação Beneficente Primavera - ABEP, Luiz Alberto Cagliari Santos, em conformidade com o Estatuto Social, Capítulo V, art. 9º, CONVÓCA a todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 02 de abril de 2024 (terça-feira), às 18h30min em primeira convocação e em segunda e última convocação, às 19h:00min, com qualquer número de associados presente, nas dependências da Escola Primavera, situada na Rua Monte Castelo nº 1.040, bairro Tarumã, para tratar dos seguintes assuntos, conforme Estatuto:  
1. Alteração e aprovação do artigo 40º, Capítulo VIII do Estatuto Social da Associação Beneficente Primavera, conforme legislação vigente.

**JUIZ DE DIREITO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR** Rua Mateus Leme, nº 1142, 5º andar - CEP 80530-010, email - 20varacivel@gmail.com EDITAL CITAÇÃO - PRAZO: SESENTA (60) DIAS A DOUTORA RAFAELA ZARPELON MIMA, JUIZA DE DIREITO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DE CURITIBA, PARANÁ, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC.,... FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório da Vigésima Vara Cível se processam os termos da ação tutela cautelar antecedente nº. 0006633-40.2022.8.16.0194 requerida por CIRISMAR SILVA em face de EXPLOSAO MULTIMARCAS COMERCIO DE VEICULOS LTDA E OUTRO, em atendimento ao que dos autos consta, fica a ré, EXPLOSAO MULTIMARCAS COMERCIO DE VEICULOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 21.581.489/0001-02 CITADA, a pessoa de seu representante Luciana de Souza e/ou Adriano Calda Gomes, para os termos da ação, cuja peça inicial e despacho abaixo transcritos, podendo, querendo, no prazo de QUINZE (15) DIAS ÚTEIS, contados da data do término do prazo do edital, contestar, sob pena de não o fazendo, presumirem-se aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (artigo 344 do Código de Processo Civil). Periculum in mora" Tendo em vista que o veículo do autor se encontra em mãos de estelionários negociantes de veículos, é inevitável o risco iminente de que o automóvel possa ser negociado ou transferido a terceiro a qualquer momento impedindo o resultado útil do futuro processo de rescisão de contrato, bem como, frustrar a entrega da prestação jurisdicional ora proposta. Nessa medida, não resta alternativa ao autor senão recorrer ao judiciário para pleitear a presente tutela cautelar de busca e apreensão do veículo a fim de preservar o bem para garantir a entrega do futuro e justo provimento jurisdicional. "Fumus boni iuris" in casu" o requisito acima descrito se encontra presente na medida em que as robustas provas documentais ora juntadas da propriedade do veículo e as provas de fraude aplicada pelo réu apontam para a legalidade do pleito autorial. Prova Para prova do alegado, se necessário for, o autor pretende produzir todas as provas em direito admitidas, notadamente, audiência de justificação, ouvida das partes, inspeção judicial, ouvida de testemunhas e perícia. Requerimento Ante o exposto e provado, em caráter Urgente vem o autor requerer a Vossa Excelência: a) O deferimento "inaudita altera pars" de Tutela de Urgência Cautelar em provimento liminar de Busca e Apreensão itinerante do Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJ/PR/OE Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi> - Identificador: PJTC7 M2VGM QGQUJ JGHDR PROJUDI - Processo: 0006633-40.2022.8.16.0194 - Ref. mov. 154.2 - Assinado digitalmente por Rogério Lurk Ribeiro 22/01/2024: JUNTADA DE PEDIÇÃO DE COMPROVANTE E/OU DOCUMENTO DA PARTE. Arq: resumo petição inicial Rogério Lurk Ribeiro OAB/PR 19.611 Av. Cândido de Abreu, 427 - conj 606A - centro cívico e-mail: lex@rogeriourk.adv.br CURITIBA - PR - CEP 80530-903 - Fone: (41) 3352-5501 veículo marca Ford, modelo KA SE 1.5 SD B, ano 2017, placas BB06B31, cor PRATA, chassi nº 9BFZ1H54J1J8065769, Código Renavam nº 01132724217 localizado no endereço da Rua Tavares de Lyra, 2895, casa, vila edita, São José dos Pinhais - PR a ser cumprido nos termos do disposto no artigo 846 e seus parágrafos do CPC; b) requer o deferimento de Mandado de Busca e Apreensão Itinerante haja vista outros dois endereços onde o veículo poderá ser localizado -Rua Claudio pereira da Cruz, 330 C, São José dos Pinhais, Pr -Rua Vicente Tozo, 320, São José dos Pinhais, Pr. c) Seja determinado o depósito do bem apreendido sob a Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, digitalmente nos termos da Lei 11.419/2016, conforme impressão a margem direita "PODER JUDICIÁRIO Estado do Paraná guarda do autor ou seu procurador até ulterior deliberação desse r. Juízo; d) Seja determinado o urgente bloqueio judicial de transferência do veículo objeto destes autos através do convênio RENAJUD até ulterior deliberação desse r. Juízo; e) seja oficiado ao DETRAN/PR determinando ao Órgão que remeta a esse r. Juízo a cópia do prontuário de transferência do veículo objeto destes autos a fim de instruir a causa; f) Cumprida a medida liminar requer a citação da requerida para contestar o pedido, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias indicando as provas que entenderem de direito, sob pena presumirem verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (Art. 306 e 307 CPC); g) Efetivada a tutela cautelar protesta pela formulação do pedido principal de Rescisão de Contrato de compra e venda de veículo no prazo de 30 (trinta) dias nos termos do disposto no art. 308 do CPC sob pena de revogação da liminar; Dá-se a causa para efeito de alçada o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) Curitiba, 20 de junho de 2022 Rogério Lurk Ribeiro OAB/PR 19.611." (Resumo apresentado pela própria parte). ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia, art. 257, II do Código de Processo Civil. OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que a utilizar o sistema eletrônico (OAB). DESPACHO [...] 2. Desse modo, defiro a citação por edital, com prazo de 40 (quarenta) dias (artigo 256, II e §3º, do CPC), observados os demais requisitos legais e pertinentes (incisos III, IV, e parágrafo único do art. 257 do CPC). 3. Determino também que a publicação se dê via jornal local de ampla circulação, na forma do parágrafo único do art. 257 do CPC. 4. Em não sendo apresentada defesa, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a função de curador especial das partes réas citadas por edital. 5. Abra-se vista ao curador nomeado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se. 6. Na sequência, manifeste-se a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Diligências necessárias. Curitiba, 30, de setembro de 2023. Dra. Rafaela Zarpelon. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Curitiba, oito de novembro de 2022. Eu, analista judiciária, que o digitei, subscrevi e assino por determinação do MM. Juiz (Portaria 001/2016). Amanda Rosa Xavier Lemes Analista Judiciária

**MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU**  
Aviso de república  
**Licitação Concorrência Eletrônica Nº 02/2024**  
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE, incluindo os seguintes sistemas: Módulo de Almoxarifado, Módulo de Alvará de Construção e Habite-se, Módulo de Cadastro de Loteamento, Módulo de Contabilidade Pública, Execução Financeira, Orçamento Anual (PPA, LDO, LOA) e Prestação de contas ao TCE/PR, Módulo de Controle de Frotas, Módulo de Controle Patrimonial, Módulo de Licitação e Compras, Módulo de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, Módulo de Obras Públicas/Intervenção, Módulo de Portal da Transparência, Módulo de Portal do Contribuinte, Módulo de Recursos Humanos Folha de Pagamento, Módulo de Tributação e Dívida Ativa, Módulo de Cemitério, Serviço de hospedagem em data center, Módulo de Processos Digitais, Módulo de Mensageria ao Especial, Módulo de Procuradoria, Módulo implantação e treinamento e suporte técnico operacional. DATA DA SESSAO PUBLICA: 26/04/2024 às 09h00min. DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DE PROPOSTA: 26/04/2024 às 08h30min. Valor Máximo R\$ 451.334,11(quatrocentos e cinquenta e um mil trezentos e trinta e quatro reais e onze centavos) TIPO: Preço e Técnica, MODO DE DISPUTA: Fechado. Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico <http://www.bnc.org.br> no portal Bolsa Nacional de Compras- BNC . Informações Complementares: O Edital e seus anexo poderá ser retirado no site da Prefeitura através do Portal da Transparência <http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes>.  
**Brendon Rithery Costa**  
Agente de Contratação**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transportes de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana-Sindimoc, por seu Presidente infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos dos artigos 21, 22, 23, 24, 25 e demais do Estatuto da Entidade, convoca a todos os associados quites com suas obrigações sindicais para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28/03/24, na Estrada da Roseira, 1309, (Sede Campestre), Borda do Campo, São José dos Pinhais-PR., às 8:30 (oito horas e trinta minutos) horas, em primeira convocação, com presença de um terço dos associados quites com suas obrigações sociais, ou às 09:00 (nove horas) em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, considerando-se aprovadas as deliberações pela maioria de votos dos sócios presentes, na seguinte,  
**ORDEM DO DIA:**  
01-) Apreciação e aprovação do Balanço Financeiro do exercício financeiro de 2023;  
02-) Apreciação e aprovação do Orçamento Financeiro previsto para o ano de 2024.  
Serão disponibilizados transporte/ônibus para o local da Assembleia, os quais sairão da sede da Rua Tibagi, 520, Centro, Curitiba, às 7:45h (sete horas e quarenta e cinco minutos) e as 8:15h (oito horas e quinze minutos) com retorno ao fim da assembleia.  
Curitiba, 25 de março de 2024.  
Anderson Teixeira-Presidente

**AGILE SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE LTDA**  
CNPJ 40.992.290/0001-11 - NIRE 412.0976619-4  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
São convocados os Senhores sócios quotista da **AGILE SERVIÇOS DE APOIO A SAÚDE LTDA**, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará EXCLUSIVAMENTE na forma DIGITAL por meio da plataforma Microsoft Teams, conforme previsto a Instrução Normativa DREI nº 79/2020, a se realizar em 22/04/2024, às 15h00 em 1ª convocação com a presença de titulares de no mínimo ¼ do capital social, e, às 15h15 em 2ª convocação com qualquer número de presentes, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apreciação e votação da prestação de contas do administrador do exercício de 2023; 2) Examinar o balanço patrimonial e dar destinação ao resultado do exercício; 3) Outros assuntos de interesse dos sócios.  
Observações Importantes:  
Todos os sócios poderão participar e votar remotamente por meio da plataforma Microsoft Teams pela qual será realizada a assembleia.  
Para participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os sócios devem enviar solicitação EXCLUSIVAMENTE VIA APLICATIVO WHATSAPP para o nº +55 (41) 9104-3351, até as 14hRS (Horário de Brasília) do dia 19/04/2024. A solicitação deverá estar acompanhada de documento de identificação do sócio ou, se for o caso, de seu procurador constituído para tal fim.  
Após recebida a solicitação e verificados os documentos apresentados, será enviado para o e-mail do solicitante o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. O link e as instruções são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do sócio.  
O balanço patrimonial e demais documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estão disponíveis na sede da empresa. José Rubens de Alcântara Madureira - Administrador

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 16ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI - Rua Mateus Leme, 1142 - 5º Andar - Atendimento: 12:00 às 18:00 horas - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41)3254-7870 - Celular: (41) 99174-6574 - E-mail: CTBA-16VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DE KETLIN BIANCA DO NASCIMENTO, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS Processo: 0025983-16.2019.8.16.0001 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Locação de Imóvel Valor da Causa: R\$42.277,99 Exequente(s): IDERÇO CARLOS DIAS (RG: 50668452 SSP/PR e CPF/ CNPJ: 031.061.429-52) Executado(s): KETLIN BIANCA DO NASCIMENTO (RG: 134205407 SSP/PR e CPF/CNPJ: 100.143.789-65) A DOUTORA JULIANE VELLOSO STANKEVEZ, MM. Juíza de Direito da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, na forma da Lei etc., FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo e Cartório, sito à Rua Mateus Leme, nº 1142, 5º Andar Fórum Cível II Curitiba-PR, tramitam os autos acima mencionados, cuja petição inicial, em síntese, aduz o seguinte: "A Requerente, na condição de representante de Iderco Carlos Dias, firmou Contrato de Locação com a Executada do imóvel situado na Avenida dos Estados, nº 571, apto 42, 4º andar, Edifício Lia Brunatto, Bairro Água Verde, CEP 80.610-040, com aproximadamente 100m<sup>2</sup>, sala com sacada, um lavabo, cozinha, lavanderia, banheiro social, dois quartos e uma suíte, restando acordado entre as partes, que a Executada, ora Locatária, deveria pagar aluguel mensal, além dos valores referentes às contas de energia elétrica, água e IPTU, condomínio, entre outras taxas que recaíssem ou viessem a recair sobre o imóvel objeto da Locação, bem como restituir o imóvel nas mesmas condições em que o recebeu. Ocorre que, a Executada infringiu obrigações legais e contratuais, haja vista que restou inadimplente com o pagamento dos aluguéis e demais acessórios da locação, conforme recibos anexos, não restando alternativa a Locadora, ora Exequente, senão ajuizar a presente Execução, com o fito de obrigar a Executada a adimplir com o pagamento dos aluguéis e demais acessórios da locação devidos." Assim através do presente edital fica(m) o(a) devedor(a) KETLIN BIANCA DO NASCIMENTO, CITADO(A) para efetuar(em) o pagamento do débito no valor de (R\$ 42.277,99), no prazo de três (03) dias, (art.829, NCPC), acrescido de correção monetária e dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento), sobre o valor do débito (art.827, NCPC), honorários que serão reduzidos à metade em caso de pagamento no referido prazo (art.827, §1º, NCPC). O valor dos honorários poderá ser elevado até 20% (vinte por cento), quando rejeitados os embargos à execução (art.827, §2º, NCPC). CIENTIFICANDO-O(S) de que, no prazo de 15 (quinze) dias, pode(m) opor(em) embargos à execução, independentemente de garantia do juízo (art. 914 e 915, NCPC), sem prejuízo ao prosseguimento da execução, que não se suspende (art.919, NCPC), ressalvado o disposto no art.919, §1º, NCPC. Não ocorrendo o pagamento, será efetuada a penhora de tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito reclamado, procedendo-se de imediato a avaliação, lavrando-se o respectivo auto. OBS.: os prazos para pagamento e/ou embargos, contam-se após 20 (vinte) dias da publicação do presente edital. Curitiba, 05 de março de 2024. Eu Taka Sonehara, Escrivã, mandei digitar. EDITAL ASSINADO DIGITALMENTE JULIANE VELLOSO STANKEVEZ Juíza de Direito Substituta**

**DELTAMED SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE LTDA**  
CNPJ 31.822.743/0001-70 NIRE 412.0891488-2  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
São convocados os Senhores sócios quotista da **DELTAMED SERVIÇOS DE APOIO A SAÚDE LTDA**, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará EXCLUSIVAMENTE na forma DIGITAL por meio da plataforma Microsoft Teams, conforme previsto a Instrução Normativa DREI nº 79/2020, a se realizar em 22/04/2024, às 10h00 em 1ª convocação com a presença de titulares de no mínimo ¼ do capital social, e, às 10h15 em 2ª convocação com qualquer número de presentes, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apreciação e votação da prestação de contas do administrador do exercício de 2023; 2) Examinar o balanço patrimonial e dar destinação ao resultado do exercício; 3) Outros assuntos de interesse dos sócios.  
Observações Importantes:  
Todos os sócios poderão participar e votar remotamente por meio da plataforma Microsoft Teams pela qual será realizada a assembleia.  
Para participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os sócios devem enviar solicitação EXCLUSIVAMENTE VIA APLICATIVO WHATSAPP para o nº +55 (41) 9104-3351, até as 09hRS (Horário de Brasília) do dia 19/04/2024. A solicitação deverá estar acompanhada de documento de identificação do sócio ou, se for o caso, de seu procurador constituído para tal fim.  
Após recebida a solicitação e verificados os documentos apresentados, será enviado para o e-mail do solicitante o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. O link e as instruções são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do sócio.  
O balanço patrimonial e demais documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estão disponíveis na sede da empresa. Marcio Adilson Stetello Administrador

**SUPRAMED SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE LTDA**  
CNPJ 31.131.837/0001-01 NIRE 412.0885509-6  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
São convocados os Senhores sócios quotista da **SUPRAMED SERVIÇOS DE APOIO A SAÚDE LTDA**, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará EXCLUSIVAMENTE na forma DIGITAL por meio da plataforma Microsoft Teams, conforme previsto a Instrução Normativa DREI nº 79/2020, a se realizar em 22/04/2024, às 11h30 em 1ª convocação com a presença de titulares de no mínimo ¼ do capital social, e, às 11h45 em 2ª convocação com qualquer número de presentes, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apreciação e votação da prestação de contas do administrador do exercício de 2023; 2) Examinar o balanço patrimonial e dar destinação ao resultado do exercício; 3) Outros assuntos de interesse dos sócios.  
Observações Importantes:  
Todos os sócios poderão participar e votar remotamente por meio da plataforma Microsoft Teams pela qual será realizada a assembleia.  
Para participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os sócios devem enviar solicitação EXCLUSIVAMENTE VIA APLICATIVO WHATSAPP para o nº +55 (41) 9104-3351, até as 10hRS (Horário de Brasília) do dia 19/04/2024. A solicitação deverá estar acompanhada de documento de identificação do sócio ou, se for o caso, de seu procurador constituído para tal fim.  
Após recebida a solicitação e verificados os documentos apresentados, será enviado para o e-mail do solicitante o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. O link e as instruções são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do sócio.  
O balanço patrimonial e demais documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estão disponíveis na sede da empresa. Marcio Adilson Stetello Administrador

**Aviso de Licitação****Edital – Pregão Eletrônico Nº 026/2024**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Recargas de Gases Medicinais e Recarga em Cilindros por Comodato, para a Secretaria Municipal de Saúde

**Recebimento das Propostas:** das 09:00 HORAS do dia 26 de março de 2024 até às 08:00 HORAS do dia 10 de abril de 2024.

**Início da sessão de Disputa de Preços:** Às 09:00 HORAS do dia 10 de abril de 2024. (Horário de Brasília).

**Local de Abertura:** Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link ([bllcompras.org.br](http://bllcompras.org.br)).

**Preço Máximo:** Constante no edital.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço "Por Item".

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8138 ou pelo site: [www.colombo.pr.gov.br](http://www.colombo.pr.gov.br).

Colombo, 22 de março de 2024.

**Helder Luiz Lazarotto**  
Prefeito Municipal.

**Aviso de Licitação****Edital – Concorrência Eletrônica Nº 001/2024**

**Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de reforma e implantação da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, Colombo – Pr.

**Recebimento das Propostas:** das 09:00 HORAS do dia 26 de MARÇO de 2024 até às 08:00 HORAS do dia 17 de ABRIL de 2024.

**Início da sessão de Disputa de Preços** Às 09:00 HORAS do dia 17 de ABRIL de 2024. (Horário de Brasília).

**Local de Abertura:** Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link ([bllcompras.org.br](http://bllcompras.org.br)).

**Preço Máximo:** Constante no edital.

**Critério de Julgamento:** Menor preço "GLOBAL".

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8117/8117 ou pelo site: [www.colombo.pr.gov.br](http://www.colombo.pr.gov.br).

Colombo, 21 de março de 2024.

**Helder Luiz Lazarotto**  
Prefeito Municipal

## MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 005/2024

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Contratação de empresa especializada para fornecimento de mudas de flores prontas para o plantio.** Credenciamento até as 08h30min do dia 15 de Abril de 2024 através do site [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br); o recebimento das propostas até as 9hrs do dia 15 de Abril de 2024; início da sessão às 9hrs do dia 15 de Abril de 2024; oferecimento de lances a partir das 09h30 do dia 15 de Abril de 2024. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portalthransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209. Cianorte, em 22 de Março de 2024.

Gilberto Yoshio Matuo  
Chefe da Divisão de Licitação

## MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2024

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Aquisição de troféus e medalhas.** Credenciamento até as 08h30min do dia 10 de Abril de 2024 através do site [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br); o recebimento das propostas até as 9hrs do dia 10 de Abril de 2024; início da sessão às 9hrs do dia 10 de Abril de 2024; oferecimento de lances a partir das 10h30 do dia 10 de Abril de 2024. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portalthransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209. Cianorte, em 22 de Março de 2024.

Gilberto Yoshio Matuo  
Chefe da Divisão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA –  
PARANÁCONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA DE  
LICITAÇÃO

## TOMADA DE PREÇOS 04/2023

## Revitalização do Complexo São Francisco

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, convoca a todos interessados no processo supra citado, para a sessão pública a ser realizada:

- **Data:** 28 de março de 2024 às 09h00min;

- **Local:** Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitações: Rua Tiradentes, n.º 500, Centro, Telêmaco Borba – Pr.

Telêmaco Borba, 20 de março de 2024.

**Marciano Moleta**  
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE  
CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS –  
ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO ARQUIVO PÚBLICO  
DO PARANÁ - APARQ

**A ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ - APARQ**, com sede na Rua dos Funcionários, nº 1.796, Bairro Cabral, Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.035-050, vem, neste ato representada por **Kassia Sarita Cavalari Basso**, brasileira, casada, bacharela em Direito, portadora da Carteira de Identidade sob nº 9.337.649-8 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.240.169, com domicílio profissional na Rua dos Funcionários, nº 1.796, Bairro Cabral, Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.035-050, **CONVOCAR, por meio do presente edital**, todos os interessados e interessadas, para a **Assembleia Geral constitutiva da Associação, que será realizada PRESENCIALMENTE, no dia 02/04/2024, às 09:00 horas**, com a seguinte ordem do dia:

- 1 – Constituição da Associação e aprovação do respectivo Estatuto;
  - 2 – Eleição e Posse dos Membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- A Assembleia será realizada na Rua dos Funcionários, nº 1.796, Bairro Cabral, Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.035-050, com identificação dos presentes. Aqueles e aquelas que não puderem comparecer poderão se fazer representar por um procurador, com procuração respeitando os ditames legais e enviada até o dia anterior para o mesmo e-mail que manifestou seu interesse. Contando com a presença e participação de todos os interessados e interessadas, subscreve-se o presente edital de convocação.

**Kassia Sarita Cavalari Basso**  
Curitiba/PR, 22 de março de 2024.

GAIA SERVIÇOS DE APOIO A SAUDE LTDA  
CNPJ 47.765.386/0001-96 NIRE 412.1098064-1  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores sócios quotista da **GAIA SERVIÇOS DE APOIO A SAÚDE LTDA**, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará EXCLUSIVAMENTE na forma DIGITAL por meio da plataforma Microsoft Teams, conforme previsto a Instrução Normativa DREI nº 79/2020, a se realizar em 22/04/2024, às 13h30 em 1ª convocação com a presença de titulares de no mínimo ¼ do capital social, e, às 13h45 em 2ª convocação com qualquer número de presentes, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apreciação e votação da prestação de contas do administrador do exercício de 2023; 2) Examinar o balanço patrimonial e dar destinação ao resultado do exercício; 3) Outros assuntos de interesse dos sócios.

Observações Importantes:  
Todos os sócios poderão participar e votar remotamente por meio da plataforma Microsoft Teams pela qual será realizada a assembleia.  
Para participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os sócios devem enviar solicitação EXCLUSIVAMENTE VIA APLICATIVO WHATSAPP para o nº +55 (41) 9104-3351, até as 12hrs (Horário de Brasília) do dia 19/04/2024. A solicitação deverá estar acompanhada de documento de identificação do sócio ou, se for o caso, de seu procurador constituído para tal fim.  
Após recebida a solicitação e verificados os documentos apresentados, será enviado para o e-mail do solicitante o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. O link e as instruções são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do sócio.  
O balanço patrimonial e demais documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estão disponíveis na sede da empresa.  
Daniel Marcelo Zimmermann Administrador

A melhor relação  
custo x benefício  
em publicidade legal

está no

Bem Paraná

# 3350.6620

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>

